

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E  
COMUNICAÇÃO

**CÉLIA REGINA DOS SANTOS**

**Protagonismo Negro Feminino: *Bloco Afro Ilú Obá De Min* e as  
narrativas nas mobilizações sociais**

**São Paulo**

**2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E  
COMUNICAÇÃO

**Protagonismo Negro Feminino: *Bloco Afro Ilú Obá De Min* e as  
narrativas nas mobilizações sociais**

**CÉLIA REGINA DOS SANTOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Especialista em Gestão de Projetos  
Culturais.

**Orientador: Prof. Dr. Dennis de Oliveira**

São Paulo  
2019

## **Protagonismo Negro Feminino: *Bloco Afro Ilú Obá De Min* e as narrativas nas mobilizações sociais<sup>1</sup>**

**CÉLIA SANTOS<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente artigo pretende, a partir do olhar de mulheres negras, investigar a relevância da participação de tais sujeitos políticos em processos de manifestações culturais e sociais progressistas, que apresentam como paradoxo a subalternização do compromisso público com a superação do racismo e sexismo. A análise se dá no contexto do *Bloco Afro Ilú Obá de Min*, um movimento social, cultural e também político, que evidencia a cultura negra. A presença dessas mulheres negras no referido bloco, o protagonismo feminino e ação política do coletivo, em diálogo com diferentes mobilizações sociais, compõem o cenário desta reflexão.

**Palavras-chave:** Feminismo Negro. Cultura Negra. Mulheres Negras. Mobilizações Sociais. Luta Social.

**Abstract:** This article intends from the perspective of black women to investigate the relevance of the participation of these political subjects in processes of progressive cultural and social manifestations that present as a paradox the subalternization of public commitment to overcoming racism and sexism. The analysis takes place in the context of the *Afro Ilú Obá de Min* Block, a social, cultural and political movement which brings black culture. The presence of these black women in this block, the female protagonism and political action of the collective, in dialogue with different social mobilizations, are part of the scenario of this reflection.

**Key words:** Black Feminism. Black Culture. Black Women. Social Mobilizations. Social Fight.

**Resumen:** El presente artículo pretende, a partir de la mirada de mujeres negras, investigar la relevancia de la participación de tales sujetos políticos en procesos de manifestaciones culturales y sociales progresistas, que presentan como paradoja la subalternización del compromiso público con la superación del racismo y el sexismo. El

análisis se da en el contexto del Bloque *Afro Ilú Oba de Min*, un movimiento social, cultural y también político, que evidencia la cultura negra. La presencia de esas mujeres negras en el referido bloque, el protagonismo femenino y acción política del colectivo, en diálogo con diferentes movilizaciones sociales, componen el escenario de esta reflexión.

**Palabras clave:** Feminismo negro. Cultura Negra. Mujeres Negras. Movilizaciones Sociales. Lucha Social.

---

<sup>1</sup>Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais.

<sup>2</sup> Pós-graduando em Gestão de Projetos Culturais e Organizações de Eventos.

## 1. INTRODUÇÃO

Um caldeirão de sujeitos e intencionalidades, o carnaval enquanto arena pública acolhe e evidencia inúmeras agendas, entre elas o combate ao racismo e valorização da produção cultural negra periférica em contextos urbanos. É neste horizonte que despontam os blocos afros no Carnaval de Rua de São Paulo, apresentando outra percepção quanto ao entendimento da construção identitária desse grupo social no processo de valorização da cultura negra.

Na composição desse cenário, desde 2004, está o *Bloco Afro Ilú Obá De Min*, formado majoritariamente por mulheres, o grupo aborda a cultura afro-brasileira com enfoque na religiosidade de matriz africana, de culto aos Orixás.

Num primeiro momento trazendo para o contexto urbano, podemos traçar um paralelo entre o espaço estabelecido pelo bloco e o conceito de quilombo como caracterização ideológica abordada por Beatriz Nascimento (2018), tendo a rua como território de resistência e valorização da ancestralidade e memória negra.

“Quilombo passou a ser sinônimo de povo preto, de comportamento do africano e de seus descendentes e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, da atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra.” (NASCIMENTO, 2018, p.292).

Essa valorização da ancestralidade é ressaltada pela autora a partir do processo de descolonização do corpo para compreensão e reflexão das diferenças e construção da identidade negra.

A memória são conteúdos de um continente da sua vida, da sua história do seu passado, como se o corpo fosse o documento, não é à toa que a dança para o negro é um momento de libertação. O negro não pode ser liberto, enquanto ele não esquecer no gesto, que ele não é mais um cativo (ORÍ, 1989).

Assim como afirma Muniz Sodré, na obra *Verdade Seduzida* (2005) ao referir-se a cultura negra e os elementos simbólicos - dança, canto, instrumento -, entendemos o corpo como território na ativação da memória, sendo a corporeidade dessas mulheres que compõem o bloco o mecanismo para construção e composição de narrativas, uma ferramenta em articulações políticas para além do cenário do carnaval de rua.

Propõe-se assim uma discussão sobre protagonismo negro abordado a partir do campo da cultura. Quando nos referimos aqui ao protagonismo estamos falando das mulheres, mais

precisamente das mulheres negras e suas percepções neste movimento feminino. O que também nos possibilita pensar, o lugar de falar dessas mulheres para além da visão do outro, como aponta Djamila Ribeiro (2017), na obra *O que é lugar de fala?*, ao citar Grada Kilomba:

Para Kilomba, é necessário enfrentar essa falta, esse vácuo, que não enxerga a mulher negra numa categoria de análise. Kilomba sofisticou a análise sobre a categoria do *Outro*, quando afirma que mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade. Nessa análise, percebe o status das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de Outro do Outro. (RIBEIRO, 2017, p. 39)

Desse modo, a reflexão apresentada neste artigo parte das mulheres negras e do lugar que assumem enquanto lideranças de articulações políticas. O caminho a ser trilhado tem como início a perspectiva e visão crítica desses sujeitos ao tratar de sua representação política nos mais diferentes espaços e tipos de mobilização.

Por exemplo, quando abordamos a participação do bloco em manifestações sociais como a Ocupação na Funarte (Fundação Nacional de Arte), em 2016, quando representantes da arte e cultura de São Paulo se mobilizaram e ocuparam o Complexo Cultural da Fundação, na região de Campos Elíseos, contra a extinção do Ministério da Cultura (MinC) e a migração de suas atribuições para o Ministério da Educação (MEC), assim como outras narrativas trazidas no cenário sociopolítico em 2018 por conta das disputas eleitorais, como o movimento #MulherescontraBolsonaro.

Essas são todas experiências empreendidas pelo grupo, ao aderirem como parte das apresentações às mobilizações sociais vinculadas à agenda de direitos humanos e fortalecimento da democracia, que avaliadas sob a ótica das mulheres negras, a partir de suas histórias e memórias, nos dá a possibilidade de compreender tais ações políticas de modo interseccional, que sai da perspectiva de subalternização e parte para a potencialização da presença de mulheres negras e do alcance das ações construídas conjuntamente.

A análise de tais ações, com a presença de um movimento social, cultural e também político que evidencia a cultura negra, propicia pensar outros sujeitos como agentes sociais, mulheres negras, fundamentais em embates que historicamente resultam em resistência em

manifestações culturais e sociais, que apresentam como paradoxo à subalternização do compromisso público com a superação do racismo e sexismo.

O processo metodológico de pesquisa do artigo buscou examinar meios históricos a partir da análise de intervenções sociais, políticas e culturais de ampla expressão ocorridas em 2018. De forma exploratória e descritiva, com entrevistas semiestruturadas, propondo uma mediação de escuta qualitativa e análise discursiva, o objetivo foi analisar o discurso de mulheres negras que constituem o *Bloco Afro Ilú Obá De Min*.

As mulheres que contribuíram para esta pesquisa atuam em áreas diversas e são integrantes que têm uma permanência consolidada no bloco e de certa forma assumem alguma liderança ou apresentam em suas trajetórias experiências com movimentos ou ações sociais e também é referência para outras mulheres negras. Segue abaixo um breve resumo de trajetórias das entrevistadas.

**Cristiane Gomes** – 40 anos, mulher negra, cisgênero<sup>1</sup>, jornalista e bailarina. Atuou junto a movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra, além de outros coletivos e organizações sociais. Esteve à frente, como apresentadora, do Programa Manos e Minas exibido na TV Cultura. Há dois anos trabalha como Coordenadora de Comunicação e Projeto na Fundação Rosa Luxemburgo, uma instituição internacional sem fins lucrativos que visa a formação política e o fortalecimento da democracia. Integra o *Bloco Afro Ilú Obá De Min* desde 2006 e atua como Coordenadora do Corpo de Dança.

**Elenice Oliveira** – mulher negra, cisgênero, Bacharel em Direito, Gestora de Políticas Públicas com Especialização em Gênero e Raça, atuou como funcionária pública no Tribunal de Justiça de São Paulo durante 28 anos. Em 1980, foi vencedora do Concurso Rainha do Carnaval de São Paulo, como candidata pelo Grêmio Recreativo Cultural Social Escola de Samba Vai-Vai. Foi assessora no Conselho Estadual da Comunidade Negra, criado em 1984, por ação política do movimento negro, no governo Franco Montoro, como forma de atuação no combate ao racismo. Em 2003, ministrou aulas de Cidadania e História do Negro no Brasil no núcleo da Educafro e na ONG Thema Educação – Projeto Educacional para Negros e Estudantes de Baixa Renda. Integra o *Bloco Afro Ilú Obá De Min* desde 2015.

**Cibele de Paula** – 30 anos, mulher negra, cisgênero, formada em Pedagogia e História e Especialização em História da África e do Negro no Brasil. Lecionou no Núcleo da

---

<sup>1</sup> O termo cisgênero abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2012a, p.14)

Educafro como professora voluntária. Integrou o Projeto Jovens Mulheres Negras, organizado pela ONG Ação Educativa em 2018. Atua como pedagoga há nove anos na Rede Municipal de Educação de São Paulo. Compõe o *Bloco Afro Ilú Obá De Min* desde 2010 e exerce a função de Coordenadora do Corpo de Dança do Bloco.

**Baby Amorim** – mulher negra, cisgênero, formada em Química e Balé Clássico. Atuou na área de dança com educação infantil formal e informal por 17 anos. É Coordenadora de Projetos e Produtora Cultural e Integra o *Bloco Afro Ilú Obá De Min* desde 2004 e exerce a função de produtora do bloco.

A partir de formulações hipotéticas, além das fundamentações teóricas argumentativas, as técnicas utilizadas foram a Observação Participativa que é a observação em campo, ou seja, a técnica de investigação, partilhada pelo pesquisador nas ações do grupo observado.

## 2. HISTÓRICO

### 2.1 Carnaval de Rua e o *Bloco Afro Ilú Obá de Min*

Tratar das ações de atuação do bloco implica em entender a rua como palco de mobilizações e reivindicações, e tanto a rua quanto o carnaval são cenários de maior visibilidade para as manifestações culturais do bloco por isso a importância de uma breve contextualização.

Historicamente, o Carnaval de Rua resumia toda a atividade carnavalesca de São Paulo, tendo como destaque os cordões que ocupavam os espaços públicos e acolhiam a comunidade, além de impulsionar a criação e propagação do samba paulistano - trazendo à cena a população negra paulistana cuja visibilidade despontava através das manifestações culturais e religiosas, assim como no *Bloco Afro Ilú Obá De Min*. (SOARES, 2006, apud SOUZA, 2014, p.23).

Uma variável relevante quanto às mudanças no cenário do carnaval, sobretudo em relação à participação da comunidade negra como protagonista, foi a oficialização do Carnaval na década de 1970, após a publicação da lei municipal 7.100, criada pelo prefeito José Vicente Faria Lima que visava à promoção do carnaval, instituindo premiação para subsidiar o desfile das Escolas de Samba, acarretando no fim dos cordões e da ligação do carnaval paulistano com suas raízes (MESTRIEL, 2010, p. 4 apud SOUZA, 2014, 32.).

Ao passar das décadas, o carnaval conquista espaço entre as principais manifestações culturais de cunho popular brasileira, enquanto festa de rua nota-se um significativo aumento de sua presença e relevância na cidade de São Paulo, que resulta em ações basilares, como planejamento do carnaval de Rua de São Paulo em 2012, ação pública que ganha especial atenção da prefeitura a partir de 2013, quando se inicia um diálogo entre o Secretário Municipal de Cultura Juca Ferreira e a comunidade sobre o planejamento do evento, a partir da realização do Seminário de Carnaval de Rua, em dezembro desse mesmo ano.

A premissa do encontro, tanto para o poder público, quanto para os ativistas, bem como artistas e coletivos culturais está na questão do direito à cidade, por meio da ocupação do espaço público, da rua, transformando-a através da fruição cultural em palco de reivindicações e mobilizações sociais. Aqui vale destacar o papel ativo do *Bloco Afro Ilú Obá De Min*, da União de Negras e Negros Pela Igualdade (UNEGRO), o Fórum Permanente das Culturas Populares, a ABASP (Associação de Bandas e Blocos Carnavalescos de São Paulo) e a ABBC (Associação de Bandas, Blocos e Cordões) junto aos órgãos públicos.

Posterior a essas mudanças, já ocorria à atuação do *Bloco Afro Ilú Obá De Min*, que foi fundado em 2004, por Girley Miranda e Beth Beli após a dissidência com o *Oriashé*, bloco afro criado em 1988, pela militante do Movimento Negro Unificado (MNU), Valquíria de Souza Santos, codinome Kika. (SOUZA, 2014, p. 37-41). O nome *Ilú Oba De Min*, tem sua origem na língua Yorubá – *ilu= tambor, oba= orixá xangô, min= mão*, numa licença poética se traduz como: “Mãos Femininas que tocam para o Rei *Xangô*”. Sendo *Ilú* um tambor africano, tocado por três mulheres, cujo nome faz referência aos atabaques em algumas casas de candomblés no nordeste do Brasil (SOUZA, 2014, p.45). A importância do surgimento dos blocos é apresentada pela produtora cultural do *Bloco Afro Ilú Oba de Min*, Baby Amorim, no depoimento abaixo:

“A primeira vez que vi o *Oriashé* lembro bem, meu filho era muito pequeno, ele tinha cinco anos. Era em 1988, tive a oportunidade de seguir o *Oriashé* na época de carnaval e eu estava aqui no centro [da cidade de São Paulo] (...). Eu perco o contato e volto a encontrar alguém que conhece o *Oriashé*, em 2002 numa viagem por acaso com amigas, uma delas falando de Cuba, a gente entra na questão da negritude (...) Eu falo desse bloco [*Oriashé*] e ela conhecia. (...) Quando eu vim assistir o desfile de 2003, aquilo me deixou extremamente tocada, os tambores (...) que toca na sua ancestralidade. Esse foi o motivo, já estou falando o motivo porque que eu cheguei aqui. Aquilo me tocou mesmo, eu não acreditava não pertencer aquela história, me questionava, por quê eu estava fora daquela história? Entrei em dezembro de 2004 e sai no primeiro carnaval, que foi em homenagem a *Oxumarê* (...) foi lindo demais. O que eu assisti, anteriormente, foi em homenagem a

Clementina de Jesus. (...) Logo na sequência eu fiquei muito chateada porque quando eu encontro um motivo de pertencer a um grupo que era minha cara, o grupo acaba. Aquilo me deixou extremamente frustrada, angustiada, mas como eram muitas as pessoas desejando que o trabalho continuasse, elas foram pensando em como continuariam essa história. Elas eu falo, Beth [Beli], Adriana [Aragão], Girley [Miranda], as fundadoras, a Sandra Campos que era a produtora e trabalhava com elas na época. Então surge o *Ilú* (...) a base musical muda um pouco porque têm os ritmos de candomblé que no *Oriashé* não era tão forte, esse trabalho com os orixás e a Adriana Aragão introduz isso no *Ilú*” (Trechos da entrevista cedida por Baby Amorim 09/12/18 integrante do *Bloco Afro Ilú Oba De Min*).

Os patronos do bloco são os orixás *Xangô* e *Yansã*, divindades presentes na religião de matriz africana, o candomblé, mote central do trabalho do bloco. A energia do bloco é feminina, já que ele é composto majoritariamente de mulheres cisgênero, que se dividem entre os naipes das cantoras, o corpo de dança e pernaltas que representam os *Orixás* e; a bateria (ritmistas), que se subdivide em quatro naipes – o *agogô*, o *xequerê*, o *djembe* e a *alfaia*.

O processo que determina o surgimento do bloco inicia-se com a oficina “Toques femininos e masculinos e a dança dos Orixás”, no final de 2004 no Acervo da Memória e do Viver Afro-Brasileiro. A partir deste momento, as percussionistas Beth Beli e Adriana Aragão e Girley Miranda fundam o *Bloco Afro Ilú Oba De Min – Educação, Cultura e Arte Negra*. Como os Afoxés, o bloco tem seus fundamentos de acordo com rituais das religiões de matriz africana, assentados aos pés de uma árvore no Jardim do Acervo pelas mãos de sua cantora Nega Duda, filha de *Xangô*, fundamentado na cabeça de Beth Beli, filha de *Oxóssi* e Sandra Campos, também de *Xangô*. No entanto, após um ano, ocorre outro fundamento, que prevalece até os dias atuais. (SOUZA, 2014, p. 45/49).

Observa-se que durante esse processo, os sujeitos aqui evidenciados são mulheres negras que compartilham do mesmo pensamento que tinha Mãe Sylvia, disseminar a cultura negra. Em 2017, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, sancionou o Projeto de Lei Nº 663/2017, de autoria do vereador Eduardo Suplicy, determinando que o Centro de Culturas Negras do Jabaquara (CCNJ) passasse a ser denominado CCNJ Mãe Sylvia de Oxalá. Mulher negra e grande ativista, na preservação da cultura negra na cidade e atuante pela manutenção do Centro do Jabaquara, o qual abriga o Acervo da Memória e do Viver Afro-Brasileiro Caio Egydio Souza Aranha, local em que se inicia a concepção do bloco.

Deste modo, busca se referenciar as contribuições da diversidade cultural no processo de formação da identidade nacional brasileira, em consequência também das ações do bloco

afro para a sociabilização e integração estabelecida com a sociedade nos espaços públicos e as relações de reconhecimento e troca estabelecidos quanto às fronteiras culturais.

### 3. CULTURA NEGRA

Ao falarmos de cultura, sobretudo a cultura negra nas relações sociais dentro deste contexto, a pergunta - “por que existem culturas populares?” trazida por Canclini (1988) na perspectiva antropológica, é o melhor ponto de partida para entender que existem culturas populares, pois cada grupo apresenta uma explicação diferente para suas necessidades vitais. Embora o autor use o termo “folclore”, afirma que as culturas populares se constituem pela conservação (o termo adequado manutenção) de tradições em que os povos concentram sua visão de mundo e encontram sua identidade. (CANCLINI, 1988, p. 48/49)

De acordo com Muniz Sodré, as reações contrárias a “minorias” passa pela resistência da diversidade e outros saberes, no caso da cultura negra que se contrapõe ao saber europeu sofre manifestações racistas tanto contra o símbolo, como contra seus agentes, sujeitos políticos. Esses diálogos consistem em refletir tanto sobre diversidade, quanto identidade e neste caso, a palavra “patrimônio”, encontra aqui o lugar de bens imateriais e empregam o sentido etimológico de “herança”, como afirma: “é um bem ou conjunto de bens que se recebe do pai (*pater, patri*). Mas é também uma metáfora para o legado de uma memória coletiva, de algo culturalmente comum a um grupo” - (SODRÉ, 1988, p.50) e é esse patrimônio simbólico, a cultura negra, (a memória cultural da África) que é transmitido.

Essa memória coletiva se evidencia no *Bloco Afro Ilú Obá de Min*, a rua emerge como o palco de ações de integração das componentes, e interação com o público presente, mas também com toda a sociedade a depender do contexto. Neste sentido, a cultura negra transpõe o lugar de origem, no caso do candomblé, onde o terreiro é o território, e o espaço público é elemento fundamental para essas relações.

Segundo Muniz Sodré, na obra - *O Terreiro e a Cidade* (1988), o território demarca um espaço na diferença com outros e o conhecimento das ações de determinado grupo, especificando o lugar a partir das características de ação do sujeito, mas, no entanto, o espaço é sistema onde qualquer corpo pode ocupar, outra coisa é o território.

Território é, assim, o lugar marcado de um *jogo*, que se estende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real. Articulando mobilidade e regras na base de um “fazer de conta”, de um

artifício fundador que se repete, o jogo aparece como a perspectiva ordenada da ligação entre o homem e o mundo, capaz de combinar “as ideias de limite, de liberdade e de invenção”. Num sentido estrito e mais cotidiano, o termo aparece em expressões como “jogo de cartas”, “jogo de futebol”, e aí se tem em vista “essa noção de totalidade fechada, de saída completa e imutável, concebida para funcionar sem nenhuma intervenção exterior além da energia que a movimenta”. (SODRÉ, 1988, 23)

Ressalta que o patrimônio simbólico do negro brasileiro (a memória cultural da África) historicamente se firmou como território político-mítico-religioso, para transmissão e preservação e a posição litúrgico-existencial do elemento negro estabelecia a troca com as diferenças e de entrar no jogo da sedução simbólica e do encantamento festivo, desde que assegurado alguma identidade étnico-cultural e sua expansão.

Essas são posições de delimitação do espaço sagrado da comunidade, que deixam, entretanto implícita uma disposição de expansão simbólica negra, de busca de contato. A sedução (palavra aqui usada em sua concepção mítico-teológica e não libertina) das diferenças adequava-se a uma estratégia de reterritorialização, evidenciada no fato de que os negros jamais limitaram a sua “atração” cultural ao espaço físico dos terreiros. Estes, enquanto comunidades responsáveis pela preservação de um patrimônio mítico-cultural, sempre foram pólos de identificação ou plataformas de penetração em espaços intersticiais, propiciando um desdobramento de suas matrizes simbólicas através de afoxés (grupos carnavalescos), congadas, maracatus, folias, grupos de samba. Dessa base territorial, teatro de uma memória coletiva ancestral, irradiaram-se para corpos negros ou não as inscrições simbólicas que constituíram aquilo depois designado como “jeito negro-brasileiro de ser”. (SODRÉ, 1988, p. 61)

Portanto, o autor nos mostra que todo jogo gera espaço e neste caso é a rua que possibilita a transmissão da matriz simbólica do grupo, ou seja, o *Arkhe*, que se traduz também por tradição que vem do verbo latino *tradere* (de onde se deriva *traditio*) o que significa transmitir ou entregar, e não implica numa ideia de um passado imobilizado referente à tradição negativa, mas a positiva se abrindo para o estranho, o mistério e todas as temporalidades e lugares possíveis sem obstrução das transformações ou passagens.

De acordo, com Muniz Sodré na obra - *Verdade Seduzida* (2005), em relação à sociedade imagética, podemos pensar na cultura negra e em seus processos de resistência trazendo dois elementos: o jogo (desafio de disputa) e a sedução (como estratégia de decifrar), ou seja, analisando a narrativa desse protagonismo feminino negro como um processo de resistência e potencialização na propagação e formação da identidade negra (2005, p.92).

Assim é interessante analisar a concepção que o autor apresenta sobre cultura negra e resistência, onde a troca não é de acumulação porque é simbólica, tendo como princípio entre o grupo a reciprocidade de dar e receber (abstrato) que detém as regras das trocas (SODRÉ 2005 p. 95).

É possível observar tais elementos expressos na composição do *Bloco Afro Ilú Obá de Min* e esse “jogo” ao participar de eventos progressistas cujo debate racial não é direto, mas é atravessado pela ocupação da simbologia negro-africana, tanto na corporeidade e os toques que ecoam dos tambores do bloco como evidencia a entrevistada Baby Amorim:

“Então, hoje, na verdade, automaticamente eles convidam porque sabem da força que é o *Ilú*, sabe que o *Ilú* é político, sabe que o *Ilú* quer uma sociedade menos racista, menos machista, menos sexista, menos homofóbica. A gente trabalha isso, o nosso trabalho é isso, não é só bloco, é um bloco de carnaval com essa mensagem. Você já vê essa diferença, que é um carnaval que vem para cidade com os Orixás, com a cultura negra, com a afirmação da cultura negra. Tem outros projetos como o *Ilú* na Mesa que sempre trouxe temáticas importantes de serem faladas e debatidas por mulheres também e sobre nós mulheres negras, sobre a educação, a cultura, a saúde, etc. Durante todo esse período de existência, o *Ilú* está trabalhando em prol desse debate, e infelizmente esse cidadão é eleito, mas a gente deslumbrava a possibilidade de mudar e também as pessoas naquele momento” (Trecho da entrevista cedida por Baby Amorim 09/12/18 – Integrante do *Bloco Afro Ilu Oba de Min*).

Portanto, apresentar uma concepção de mundo diferente do europeu exige um processo de descolonização do olhar, opostas ao condicionamento do campo do exótico e da estética, legitimado no conceito de cultura de subalternização. Como afirma Muniz Sodré (2005), a cultura negra é apresentada por diversos códigos através da simbologia que compreende a forma de interação entre os membros da comunidade, do coletivo, do grupo expresso na forma, no ato do compartilhamento dos saberes.

Aparência não implicará aqui, entretanto, facilidade ou a simples aparência que uma coisa dá. O termo valerá como indicação da possibilidade de outra perspectiva de cultura, de uma recusa do valor universalista de verdade que o Ocidente atribui a seu próprio modo de relacionamento com o real, a seus regimes de veridicção (a própria noção romântica de cultura é um esforço moderno de universalização de verdade) as aparências não se referem, portanto, a um espaço voltado para a expansão, para a continuidade acumulativa, para a linearidade irreversível, mas a hipótese de um espaço curvo, que comporte operações de reversibilidade, isto é, de retorno simbólico, de reciprocidade na troca, de possibilidades de resposta. (SODRÉ, 2005, p. 102)

A cultura é um jogo de resistência e afirmação de identidade, uma possibilidade alternativa, quebrando as barreiras, se infiltrando nos processos e propondo mudanças nas

ações estabelecidas pelos discursos padrões. Nesse jogo de resistência, trazendo para o campo da cultura esse “ativismo”, no caso a sedução da cultura negra, que aponta Muniz Sodré está na dimensão do encantamento, e enquanto ao bloco o ritualismo é uma troca de conhecimento e solidariedade comunitária entre as integrantes e a sociedade numa estratégia de resistência (SODRÉ, 2005 p.124).

Ainda em relação às estratégias de jogo no processo da formação da identidade negra, reforçando a ideia do movimento negro de apresentar outra percepção quanto ao entendimento da construção identitária no processo de valorização de sua cultura, Beatriz Nascimento apresenta a importância das articulações do movimento negro no campo da cultura.

Soa interessante que um novo momento dessa militância afro-brasileira tenha acontecido quando o país estava sufocado sob uma forte repressão ao livre pensamento e à liberdade de reunião. Esse era o cenário dos anos 1970. Talvez por ser um grupo extremamente submetido que não oferecia imediato perigo às chamadas instituições vigentes, os negros puderam prosseguir com um movimento social baseado na verbalização ou discurso vinculado à necessidade de autoafirmação e recuperação da identidade cultural do negro. A retórica do quilombo, a análise deste como sistema alternativo, serviu de símbolo principal para a trajetória desse movimento... Como antes tinha servido de manifestação reativa ao colonialismo de fato, na década de 1970, o quilombo volta-se como código de reação ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica. (NASCIMENTO, 2005, p. 291)

Para além do curso de compartilhamento, há o processo de resistência cultural como evidenciado em fatos históricos quando das estratégias de embranquecimento contrapondo-se à invisibilidade negra ao longo dos anos no cenário da história brasileira, mas o *Bloco Afro Ilú Obá De Min* apresenta outro contexto sociocultural relacionado às questões políticas, sociais, culturais e religiosas que são evidenciadas nessas mobilizações direta ou indiretamente.

Além da forma conceitual de referência a cultura negra, é importante perceber as contribuições das ações do bloco na promoção da diversidade cultural, a partir do processo de sociabilização e integração estabelecida com a sociedade, nos espaços públicos e as relações de reconhecimento e troca quanto às fronteiras culturais, a partir dos simbolismos empregados transformando-se em locais de reciprocidade cultural.

#### **4. PROTAGONISMO NEGRO**

Referenciar o *Bloco Afro Ilú Obá de Min* é pautar a cultura negra, e neste sentido o ponto desta pesquisa é a presença do corpo negro nos espaços, este recorte se justifica no

apontamento das interseccionalidade<sup>2</sup> que invisibilizam as ações das mulheres negras em decorrência do processo do racismo estrutural.

Quanto processo de subalternização estrutural decorrente das relações sociais as matrizes de opressões, Patricia Hill Collins, conceitua de forma metodológica constatando que as opressões de gênero, raça e classe não são somatórias de processos de poder distintos, mas estabelecem relações em forma de poder reservando lugares e trajetórias específicas para as mulheres negras. [...] E a partir desta perspectiva surge o conceito proposto por Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade, que trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam as desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes etc. (BARBOSA, 2017, p. 58/59).

Neste sentido entende-se que vários fatores são determinantes no processo de opressão e este conceito aponta para um lugar específico imposto à mulher negra que a torna objeto particular de opressão. Possibilita pensar as trajetórias de forma individual das formas como sofrem tais matrizes de opressão, mas estas trajetórias não desassociam de um processo coletivo. (BARBOSA, 2017, p. 60) Percebemos essas matrizes na fala da jornalista Cristiane Gomes:

“A maternidade trouxe para mim todo um olhar de como que a gente vive numa sociedade totalmente adulta cêntrica que não respeita, não considera as crianças e isso fica ainda mais nítida quando se trata de crianças e mães negras. A gente tem a intersecção do racismo com o machismo, de achar que a mulher preta aguenta tudo, e vai criar a filha sozinha, e ela é forte, ela é guerreira. É bem cansativo. A maternidade me trouxe esse olhar, mesmo sendo um movimento de mulheres, o movimento feminista não acolhe essas mulheres que tem a suas crias para participar de debates, de eventos etc. (...) Então logo que eu fiquei grávida, que a Serena nasceu eu pensei muito também e comecei a vivenciar experiências de outros grupos de mulheres, tive uma Doula que foi a Camila Aguiar que é uma mulher negra também, a gente tem um grupo no whatzap das “*Douladas da Camila*”, onde têm mulheres negras, mulheres brancas, pra gente compartilhar mais essas coisas de mãe, esses desafios – “*Ai meu Deus, a primeira febre o que eu faço*”?, e até questões mais profundas, mais políticas, desse lugar no mundo, dessa solidão. Eu pessoalmente passei por um processo que não estava muito contando depois que Serena nasceu de me ver enquanto uma mãe solo, e tiveram algumas questões no meio do caminho. Dentro do *Ilú* eu vi isso, que tinham muitas mulheres chegando com crianças, mulheres engravidando, e pensei bom como é que a gente vai possibilitar a nossa permanência aqui? E pautando dentro do grupo da coordenação a importância da gente pensar que somos um grupo de mulheres. Até então alguns anos atrás isso não era uma

---

<sup>2</sup> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (BARBOSA, 2017, p. 59)

questão, mas agora é”. (Trechos da entrevista cedida Cristiane Gomes 30/11/18 – Integrante do *Bloco Afro Ilú Obá De Min*).

Também propõe um diálogo quanto à atuação dessas mulheres, enfatizando a importância de assegurar espaço para reflexões de experiências do/no bloco, no sentido, de estabelecer diálogos com instituições quanto aos processos de atuação e contribuição nas trajetórias de construção da justiça social. A produtora Baby Amorim traz um relato interessante:

“(…) então as redes que estou participando a maioria delas é por conta do *Ilú* mesmo. Tem uma rede atuante ali no centro que está sendo capitaneada pelo Museu de Energia com os grupos da região da Luz, Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília. Acho que chegou até o centro porque a Red Bull começou a participar também. Tem outras instituições aqui da região central, central que eu falo, é aqui mesmo no centrão da cidade, a Viva o Centro está participando também. É para ver o que podemos fazer juntos, o que uma instituição pode apoiar a outra no sentido da gente poder se unir, fazer, formar aliança. (...) Tem instituições da área de educação, da área do social, da área da cultura, então como entrelaçar os nossos trabalhos, os nossos conhecimentos. Nessa questão de rede (...) das instituições do centro, que é uma história do *Ilú*, ali eu estou representando o *Ilú* (...). Outra que é importante também, é a de autocuidado. (...) Tivemos a oportunidade de conhecer essa proposta de trabalho há uns quatro anos atrás, foi um convite, a Maria Lucia da Silva, a Lucinha do Instituto AMMA Psique e Negritude, tinha sido convidada pelo Fundo Social de Investimento Social ELAS para fazer as vivências que aquele grupo experimentaria no final de semana e fez o convite o para o *Ilú*.” (Trechos da entrevista cedida por Baby Amorim em 09/12/18- Integrante do *Bloco Afro Ilú Obá De Min*).

A pesquisa de BARBOSA (2005) utilizada também como norte para este artigo reafirma a importância de abordarmos o protagonismo das mulheres negras em suas várias redes sociais e neste caso trazendo para um campo específico, a cultura, como mecanismo nas ações nos movimentos sociais transportando suas subjetividades e perspectiva do feminino, mostrando reflexões quanto às construções nos espaços individuais de atuação, tendo o *Bloco Afro Ilu Obá de Min* como um condutor, permitindo consolidar uma estrutura nas relações sociais também de solidariedade, a exemplo do autocuidado abordado pela entrevistada Baby Amorim e o grupo de Doulas pela entrevistada Cristiane Gomes, cujas ações coletivas mesmo não se configurando como de militância, são de fundamental importância para a articulação dessas mulheres. (BARBOSA, 2005, p. 56)

O cenário do carnaval mantém-se em segundo plano, buscamos evidenciar as ações, mobilizações sociais destas mulheres que de forma consistente modificam as estruturas sociais. Muitas são as personalidades negras apresentadas como tema, mas a proposta é trazer outras perspectivas de mulheres negras que compõem o bloco. Como se organizam em seus movimentos? Segundo Djamila é importante romper com a cisão criada numa sociedade desigual.

Ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou opressões, quando é justamente o contrário. Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões de não criar, como diz Ângela Davis, em *Mulheres negras na construção de nova utopia*, “primazia de uma opressão em relação a outras”. Pensar feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, logo é pensar projetos, novos marcos civilizatório para que pensemos em um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências. (RIBEIRO, 2017, p.16)

Sabemos historicamente que a mulher negra continua em último lugar na escala social e carrega as desvantagens do sistema racista. Nesse contexto social e cultural, acredita-se que a atuação como protagonista pode desencadear ações que buscam transformações em seus cotidianos, como evidenciado pela jornalista Cristiane Gomes:

“(…) Eu participei por um tempo também de um projeto editorial, o OMenelik 2º Ato. O foco era a cultura negra, artes negras e política também, mas política porque é isso que você falou, nossa existência já é política. Mas com essa perspectiva crítica e de dar visibilidade também para produção que é imensamente vasta de homens e mulheres negras, na literatura, na dança, no cinema, no teatro, na pesquisa, na ciência e que sofre com uma invisibilidade, fruto do racismo estrutural que a gente tem no país. Então, a revista tem esse objetivo de trazer a tona isso e publicizar também como uma forma de representatividade, de potencialização. (...) Também em todo lugar onde eu estou, aqui no meu trabalho, na Fundação Rosa Luxemburgo. Eu já passei por vários lugares e sempre com essa proposta mesmo que não fosse direta, mas a minha própria presença é inevitável.” (Trechos da entrevista cedida por Cristiane Gomes em 30/11/18 - Integrante do *Bloco Afro Ilú Obá De Min*).

Essa visibilidade também transpassa sobre o lugar imposto à mulher negra, a periferia, lugar reservado pelas matrizes de opressão que se impõem sobre esse sujeito quando a partir deste lugar ela busca resistir aos processos de opressão e reconstruir suas subjetividades. (BARBOSA p. 65).

Quando entendemos que o lugar imposto à mulher negra, se torna também um lugar de luta, reafirmamos as ações conjuntas das integrantes do bloco que incidem sobre suas realidades desempenhando papéis de interlocutoras, mediadoras e formadoras reconstruindo suas subjetividades a partir de uma ação individual, expressa aqui pela entrevistada pedagoga Cibele de Paula, que desempenha o papel de educadora e sujeito político na periferia se utilizando dos mecanismos: cultura e educação como processo de resistência no contexto social da comunidade estabelecendo possibilidades de diálogo:

“Dentro da questão racial? Então, quando eu entrei no *Ilú*, estava no meu 2º ano na rede municipal. É um ano que quando entrei na Prefeitura estava de cabelo alisado. Eu alisava o cabelo ainda, passando pela transição capilar dentro da escola. O meu segundo ano de atuação de trabalho dentro da escola foi um ano muito importante porque as crianças começaram a me ver de cabelo crespo, até então eu trançava. Então parei de alisar, depois transei e assumo o cabelo crespo. Este processo veio antes do *Ilú*. E assim, quando você vê, mulher preta numa sala de aula com cabelo Black ou de trança, o primeiro tema é falar sobre seu cabelo, sobre sua aparência. Até então há nove anos, a questão do cabelo não era tão ampla como é hoje neste contexto. É muito interessante perceber como isso mudou num curto espaço de tempo historicamente, então o meu ponto de partida sempre foi essa reflexão. Sempre trouxe essas temáticas da questão negra para minha sala de aula, não só porque sou uma professora negra, mas também pelo meu envolvimento com a temática da história e tudo mais. Quando eu entrei na rede municipal, comecei a fazer a graduação de História que sempre foi um tema do meu interesse e a minha motivação dentro do *Ilú* fez com que abordasse temas um pouco mais concretos.” (Trecho da entrevista cedida por Cibele de Paula em 06/12/18 – Integrante do *Bloco Afro Ilú Obá De Min*).

A vulnerabilidade permeia por vários aspectos que contextualizam uma conjuntura desfavorável. Contrapondo-se a esta definição de lugar, essas mulheres buscam apresentar novos caminhos de atuação, em que esses sujeitos desenvolvem suas vivências e sociabilidades e os processos para criar estratégias de relações sociais, e neste caso a cultura, é mecanismo de resistência e construção de diálogos no movimento feminino que é o *Bloco Afro Ilú Obá de Min*, constatado pela pedagoga Cibele de Paula:

“Então, foi muito interessante (...) como todo ano o *Ilú* traz um tema, eu acabava por espontâneo interesse, trazendo alguns temas para sala de aula. Por exemplo, um dos mais marcantes foi o Centenário da Carolina Maria de Jesus, que foi o tema do *Ilú*. Eu trabalhei essa temática com os alunos e fomos ao Museu Afro Brasil para ver a exposição do *Ilú* sobre a Carolina, foi muito marcante. Além de ser minha atuação na sala de aula, meu planejamento enquanto professora é trabalhar a questão racial na temática indígena e africana ao longo do ano letivo e não só concentrada em datas como o dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) e o dia 19 de abril (Dia do índio), então ela está perpassada no conteúdo escolar. Depois têm o Projeto de Dança, que vai acontecer no ano seguinte que entro no *Ilú* e como

foi uma prática que me impactou tanto, eu pensei - por que não trazer a dança dentro da temática negra para escola? (...) Escrevi o projeto e a partir dele comecei a estudar danças de matrizes negras africanas e afro-brasileira e a fazer cursos. Não só a fazer cursos, mas ir a lugares que tenha a manifestação da cultura brasileira na dança. Então, fui a quilombos, em espaços de cultura negra para conhecer o maracatu, o jongo, o coco (...). Eu faço dança no pátio da escola, tanto que é a aula que tenho muito amor há 08 anos, foi no ano seguinte que entrei no *Ilú*. Trabalho dança de matrizes negras com as crianças e além de trabalhar a dança eu trago um repertório histórico. Antes de começar a dança, trabalho a origem histórica com elas e a referência do saber desse processo de aprendizagem, é a oralidade. Apresento algumas imagens, então tenho a questão da iconografia, no conceito de história com imagens e vídeos. Eu trabalho pela oralidade, elas não escrevem nada, não levam caderno, o conhecimento construído a partir do corpo e da memória. (Trechos da entrevista cedida por Cibele de Paula – em 06/12/18 - Integrante do *Bloco Afro Ilú Obá de Min*)

Quanto à questão da descolonização e ocupação do espaço, a partir da ideia do corpo-território trazendo como ponto de partida a percepção do indivíduo com o mundo e consigo, o sentido do corpo como bússola, referido por Sodré (1988, p.123) traz a reflexão da ação da entrevistada Cibele de Paula ao adotar na escola o Projeto de Dança, o qual serve como meio de orientação com referência aos outros, trabalhando a autonomia dos alunos e trazendo referências históricas ao abordar a cultura negra.

Um processo pelo qual ela também passou, portanto pode se dizer que território como dito anteriormente neste caso se estabelece, a partir da sala de aula onde a cultura e educação indicam mecanismos para romper as barreiras territoriais, e das diferenças com a comunidade e expõe os equívocos estabelecidos pela identidade ocidental enquanto estável, universal, hegemônica. As relações afetivas, simbólicas com os bens, participam na formação da identidade pessoal e grupal dando continuidade e raiz. O consumo não tem por finalidade somente a posse de um objeto ou a sofisticação de uma necessidade, mas também definir ou reconfirmar significados e valores comuns como afirma Canclini. (1988, p. 56)

Assim, a abordagem do protagonismo da mulher negra na cultura como também a participação no bloco em eventos que não apresentam um recorte racial em sua centralidade, mostra uma análise dos aspectos implicados indiretamente nos processos de resistência, a partir da atuação social no cenário contemporâneo reconhecendo a importância do processo de integração e interação entre ações culturais e o diálogo com a sociedade, apresentando reflexões acerca da diversidade cultural, e potencialização de outros sujeitos.

## 5. MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E MOVIMENTOS

A participação do *Bloco Afro Ilú Obá de Min* em eventos de relevância política busca entender, o porquê desta participação e como afeta as mulheres negras neste lugar e o que representa essa participação entendendo o protagonismo negro, bem como reafirmar os pontos de intersecção e os contextos que circundam as referências históricas, memórias que as atravessam na cidade e as narrativas apresentadas por esses agentes, sujeitos políticos envolvidos nesse cenário e que refletem em seu cotidiano.

“Então, o *Ilú* hoje eu vejo como uma família que consegui encontrar em vários aspectos. É um lugar que eu acho muito positivo para discutir várias questões (...). Eu gosto muito de pensar, isso já foi dito por outras pessoas, mas eu pego para mim também, de que – “*eu sou uma negra em movimento*” (referência a Ângela Davis) - então minha rede, o meu trabalho, a minha ação política ela acontece em todos os espaços onde eu estou. (...). É o nosso corpo é político. (...) Então é isso, todos os espaços que eu estou que meu corpo ocupa (...) seja no trabalho como jornalista, seja no meu encontro com outras mulheres, com outros grupos (...).” (Trechos da entrevista cedida por Cristiane Gomes em 30/11/18 – Integrante do *Bloco Afro Ilú Obá De Min*)

Entendemos o impacto da participação do bloco em manifestações sociais, cuja centralidade não está localizada explicitamente na agenda racial, mas traz uma proposta de conscientização política as mulheres que o integra, a exemplo do movimento #MulheresContraBolsonaro, o qual teve grande relevância e expressividade por tratar-se de um movimento articulado por mulheres contra o discurso de repúdio às minorias disseminando o racismo, homofobia, xenofobia, machismo, sexismo etc.

A articulação entre as mulheres, fortalecidas em suas redes sociais com a identificação (*hashtag*) #elenão mobilizou muitos coletivos, partidos, movimentos populares e grupos que se somaram ao ato e entre eles o *Bloco Afro Ilú Obá De Min* formado majoritariamente por mulheres, o que denota a importância e necessidade da ocorrência dessas mobilizações em prol de um sistema participativo que preza pelos direitos humanos.

Neste sentido, quanto às relações sociais Canclini (1988) apresenta como uma luta entre poderes diversos econômicos, políticos, religiosos, sexuais etc. que não pertencem exclusivamente a uma classe ou instituição e não são verticais e, portanto a cultura deve ser entendida como um conjunto de processos simbólicos, que implica na estrutura social divergindo de uma cultura de imposições de discursos, de repressão, arbítrio à liberdade de expressão, contrapondo-se a cultura de resistência.

Em relação à cultura no campo da organização social, Canclini fala sobre os fundamentos de hegemonia e do popular, cuja correlação acontece justamente nas mobilizações sociais e políticas, as quais enfatizam os conflitos como este abordado no artigo o que também traz a reflexão sobre produção econômica e cultural. Uma vez que, esses invisibilizados dentro da política geral, tem ocupado posições protagonistas, a exemplo desses sujeitos políticos, entretanto os conflitos se localizam fora da produção se caracterizando em lutas sociais contra as formas de poder, repressivo e de discriminação no âmbito das relações sociais cotidianas. (CANCLINI, 1988, p. 67)

Contextualizando evidenciamos os protestos que ganharam as ruas unindo-se a outros manifestos públicos como “Democracia Sim”, no sábado do dia 29 de setembro, em várias cidades de todo o país como em São Paulo, no Largo da Batata, zona oeste e também capitais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Salvador, assim como cidades ao redor do mundo, segundo o jornal O Estado de S. Paulo e meios de comunicação virtual Nexo, Brasil de Fato, El País (vide links anexo), desencadeando uma série de mobilizações em favor da defesa da saúde pública, dos direitos trabalhistas e o combate à violência contra as mulheres.

O trecho do Manifesto abaixo, elaborado por um coletivo de mulheres dos movimentos populares traz a dimensão desse discurso e contextualiza o momento e a urgência das manifestações realizadas nas várias capitais do país em razão de alguns retrocessos vigentes, em que alguns objetivos já haviam sido alcançados por mobilizações e movimentos sociais realizados no decorrer da história brasileira.

#### **Manifesto das Mulheres Unidas contra Bolsonaro**

Por igualdade, liberdade, direito e uma vida sem violência!

#### **Quem somos?**

Somos mulheres, milhões e diversas. Somos brasileiras e imigrantes. Jovens e de cabelos brancos. Negras, brancas, indígenas. Trans e travestis. Somos LGBTs, amamos homens, mulheres ou ambos. Casadas e solteiras. Mães, filhas, avós. Somos trabalhadoras, donas de casa, estudantes, artistas, funcionárias públicas, pequenas empresárias, camelôs, sem teto, sem terra. Empregadas e desempregadas. Mulheres de diferentes religiões e sem religião. Estamos, hoje, juntas e de cabeça erguida nas ruas de todo o Brasil porque um candidato à presidência do país, com um discurso fundado no ódio, na intolerância, no autoritarismo e no atraso, ameaça nossas conquistas e nossa já difícil existência. Estamos na rua porque seu programa político econômico é um retrocesso, uma reprodução piorada das políticas terríveis do Temer. (link:<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/29>)

Este manifesto de forma abrangente contempla diversas agendas, no entanto fazemos um recorte estabelecendo algumas questões quanto ao protagonismo feminino negro, que propõe trazer as narrativas de sujeitos políticos, a partir de suas percepções de integrar um bloco e estar inserida neste contexto estabelecendo diálogos a favor de setores da população historicamente discriminados e suas necessidades como aponta Baby Amorim.

“É o que eu acho, o que a gente vê, dentro dessas agendas feministas. Ainda estamos brigando, “entre aspas” (sic), questionando essas agendas para que se inclua a questão da mulher negra. A resposta é, “a gente está discutindo a questão das mulheres” (sic), mas a questão da mulher negra apresenta diferenças neste caldeirão de todas as mulheres porque vai perpassar pela questão da raça, é à base da pirâmide, como você falou aqui no começo. Então se ela está na base é porque tem muito mais coisas a ser discutida sobre esse corpo negro, essa mulher negra. O *Ilú* dentro desses 14 anos de existência é uma referência dentro de trabalhos de propostas feitas para mulheres, como esse empoderamento, esse fortalecimento de mulheres. (...) Eu acredito que o *Ilú* naquele ato das mulheres foi fundamental, a gente vem com a nossa ancestralidade, nossos corpos, têm corpos brancos também dentro do grupo do *Ilú*, (...) mas hoje somos a maioria, 75% de mulheres negras (auto declaração), com dois anos de ação específica tivemos uma inversão (...). Hoje temos um aumento significativo, que é a ação de abrir primeiro as inscrições para as mulheres negras.” (Trechos da entrevista cedida por Baby Amorim em 09/12/18 - *Integrante do Bloco Afro Ilú Obá de Min*).

Neste sentido, os diálogos estabelecidos apontam para uma questão importante, a discussão sobre lugares de fala que traz reflexões quanto à branquitude e o lugar do “*Outro*”, evidenciando que as narrativas e conflitos são necessários para as mudanças efetivas na construção coletiva nas relações sociais. Conceitualmente Djamila ao citar Kilomba fala sobre o distanciamento da consciência, ou seja, ouvir as reivindicações desses sujeitos implica ter que lidar com os conhecimentos e histórias dos “*Outros*” e lidar com os privilégios da branquitude (RIBEIRO, 2017, p. 78/79), por isso essas discussões e reivindicações devem ser discutidas evidenciando e distinguindo os lugares de fala, apontando para a importância do rompimento desse sistema que invisibilizam as narrativas, desses sujeitos. (RIBEIRO, 2017, pg 86)

Como no caso da vereadora do PSOL e ativista de direitos humanos, Marielle Franco que foi lembrada também nesta mobilização, assassinada junto com o motorista Anderson Gomes no dia 14 de março, vítima do processo do racismo estrutural<sup>3</sup>, e que defendia em seu

---

<sup>3</sup> Racismo Estrutural - Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma

discurso o dia a dia de resistência das mulheres brasileiras, principalmente das negras e periféricas e lutava em defesa dos grupos mais frágeis, como mulheres, negros, gays, quilombolas e indígenas. Seu protagonismo político incomodou por ser mulher negra criada no complexo de favelas da Maré. É interessante pensar que a criação da página “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” partiu de uma mulher negra.

A luta das mulheres negras, neste sentido, tanto é pelo respeito a sua singularidade de gênero e etnia rompendo a condição de subalternidade que lhe é imposta, como também pelo direito à igualdade nos recursos materiais. A periferia como lugar imposto à mulher negra é resultado da combinação da subalternização do reconhecimento como também da injusta distribuição de riquezas. Por isto, a ação no sentido de romper com este ciclo tem esta dupla direção. E é com base nesta perspectiva que refletimos sobre a possibilidade das lideranças das mulheres negras serem “minorias ativas”. (BARBOSA, 2015, p. 63)

Assim também é a proposta do *Bloco Afro Ilú Obá de Min*, evidenciar as mulheres que contribuíram para a história negra brasileira, além de trazer reflexões sobre a visibilidade das mulheres negras que ingressam no bloco e em seus movimentos como aponta Cristiane Gomes:

“(…) É eu acho que a própria presença do Ilú nesses atos já traz essa pauta essa perspectiva das mulheres negras e de uma forma muito protagonista, e como você falou os movimentos feministas têm as suas nuances. (...) há uma dificuldade de compreensão do movimento feminista branco com todas as suas nuances porque também não é uma coisa homogênea. (...) nós temos feminismos, plural. Abrindo um parêntese, além do feminismo tem uma coisa que eu gosto de usar que é a luta das mulheres, porque muitas mulheres não se reivindicam como feminista, mas estão ali fazendo uma luta política, se pensarmos, por exemplo, nos movimentos de mães, Mães de Maio, Mães da Maré, que não se dizem um movimento feminista, mas estão ali, na luta. Então o movimento, os movimentos feministas brancos têm certa resistência, certa dificuldade ainda e a esquerda em geral de pautar a questão racial, a questão de como isso afeta a sociedade e de como isso não é um problema só dos negros, das negras, mas uma questão de toda a democracia. Não é uma democracia efetiva, temos um processo de discriminação, de genocídio etc. Então temos essa resistência e é “louco” (sic) porque chamam o *Ilú* para participar desses atos. É lógico, que tem a coisa dos tambores, das mulheres. O *Ilú* também é um grupo feito de mulheres não negras, mas o protagonismo é negro, e é curioso ter essa resistência, ao mesmo tempo que está sempre demandando o *Ilú* participar dessas manifestações na linha de frente (...) o *Ilú* também dá toda aquela potência para além da potência de quem vai participar do ato e nos vê ali tocando, dançando, cantando. Tem também o processo das mulheres que estão dentro, participando, conversando, trocando e percebendo outras questões. Então é um espaço (...) de “formação política”, parece uma coisa meio dogmática, mas eu acho que é um espaço

que favorece isso para as mulheres que estão. (...) E também para, além disso, qual é a situação das mulheres negras nesse país, qual a responsabilidade das mulheres brancas nesse processo, não pessoal, mas enquanto história (...) que tipo de alianças a gente pode fazer para superar isso.” (Trechos da entrevistada cedida por Cristiane Gomes em 30/11/18 - *Integrante do Bloco Afro Ilú Obá De Min*).

Por fim entender esses processos implica compreender o lugar de fala como argumenta a autora Djamila Ribeiro, quando se refere ao feminismo negro, onde no senso comum é encarado como uma cisão ou opressão, todavia podemos dizer que o contrário se evidencia ao apresentarmos as trajetórias de vida desses sujeitos políticos, das mulheres negras que corroboram pensar feminismo negro a partir de suas ações rompendo com os bloqueios sociais, trazendo outras perspectivas de atuação de resistências e (re) existências apontando para o olhar do Outro como forma de autodefinição como conceitua Grada Kilomba, a qual é atravessada pela antítese de branquitude e masculinidade. (RIBEIRO, 2017, p. 16)

É interessante também pensar na expressão - *outsider within* – de forma literal “forasteira de dentro”, apresentada por Collins para entendermos lugar de fala quando trazemos o protagonismo dessas mulheres negras, tanto dentro do bloco como no âmbito macro, pois neste movimento feminino ocupar esse lugar é acentuar a presença desse sujeito político e suas reivindicações notadamente observadas nos diálogos estabelecidos com todas as entrevistadas deste artigo. (RIBEIRO, 2017, p. 45)

Do ponto de vista feminista dentro deste contexto cultural, os conflitos internos apresentados refletem muitos dos conflitos sociais, mais que servem para repensar os lugares silenciados possibilitando pensar outras formas de enfrentamento para dar visibilidade e legitimidade às produções e ações desses sujeitos. (RIBEIRO, 2017, p 63)

Estando a mulher negra em último lugar na escala social, e carregando as desvantagens do sistema racista, num contexto social, cultural e político, acredita-se que a atuação como protagonista pode desencadear ações que buscam transformações em seus cotidianos como aponta a advogada Elenice Oliveira:

“Então, a comunidade negra abraçou a campanha do governo Franco Montoro e nós formamos grupo de estudos, grupo de trabalho para apoio, e nesse governo surgiu o Conselho da Condição Feminina, o Conselho da Comunidade Negra, a Secretaria da Criança e do Menor, parece-me que a Alda Marco Antônio era a secretária. Depois de um tempo meu irmão no governo do Quércio passa a ser presidente do Conselho Estadual da Comunidade Negra e eu assessora do conselho (...) dentro do TJ (Tribunal de Justiça) (...) era impossível fazer um trabalho, mas no Conselho da Comunidade Negra sim, tinha acesso a várias entidades, vários grupos sociais. (...) no conselho nós atendemos várias demandas e principalmente

das mulheres negras, sempre tendo esse olhar e desenvolvendo algum trabalho (...). Depois eu conheci Eduardo Aleixo que era agente da Pastoral Negra que convida para estar com ele numa reunião com o padre no bairro do Imirim (...) eles queriam abrir um núcleo da Educafro. Fui eu, Eduardo Aleixo, Prof. Tarcísio conversar com o padre e foi aberto o núcleo. Nesse núcleo eu pensei - como que vou atuar? (...) Eu sempre considerei a minha identidade, o conhecimento da minha história, de onde eu vim, quem eu sou (...) e pensei que o melhor trabalho que posso fazer é dar aula de Cidadania e História do Negro no Brasil. (...) nesse núcleo da Educafro eu dei aula por um bom tempo depois vim para a ONG Thema Educação – Projeto Educacional para Negros e Estudantes de Baixa Renda que era da Neusa Poli com o mesmo trabalho (...).” (Trechos da entrevista cedida por Elenice Oliveira em 30/11/18 – Integrante do *Bloco Afro Ilú Obá De Min*)

Esse movimento negro de resistência se contrapõe ao processo de colonização no Brasil e ao tratar da identidade negra como vimos anteriormente, Beatriz Nascimento se refere a quilombo, como lugar de resistência apresentando outra perspectiva relacionada à conduta, a maneira de ser e existir do negro brasileiro e entendemos isto, a partir da proposta que foi desenvolvida por Elenice Oliveira.

Ainda sobre o processo de resistência cultural, o bloco, viabiliza um movimento conjunto em nome de grupos “minoritários” no sentido de representatividade no âmbito sociopolítico, pois as lutas no âmbito cultural, sobretudo a cultura negra é subjugada no entendimento da sociedade, entretanto as mobilizações sociais têm apresentado um discurso enfático e o poder de ação desses sujeitos. Este quilombo urbano que é *Bloco Afro Ilú Obá de Min* apresenta a rua como um lugar de diálogo e é interessante pensar no depoimento da entrevistada ao afirmar ser a rua também libertária:

“(...) Veja o dia 13 de Maio (fato histórico que se tornou emblemático para o ato liderado pelo *Bloco Afro Ilú Obá de Min* realizado na rua treze de maio, no bairro do Bexiga, para denunciar o racismo e as injustiças sociais) jogaram a gente na rua. E a gente transforma a rua, faz dela um movimento de organização política, social. Quando falo “liberdade”, significa a rua. Você olhar para o céu, caminho para andar!! (sic). (...) Então para mim não é bloco, é muito mais que um bloco e nós mulheres negras temos que ter essa visão”. (Trechos da entrevista cedida por Elenice Oliveira em 30/11/18 – Integrante do *Bloco Afro Ilú Obá De Min*)

Ter a rua como liberdade neste contexto, é pensar no protagonismo e na diversidade onde Muniz Sodré traz a reflexão sobre o outro que diverge da identidade ocidental, porque o *mesmo* (o idêntico a si próprio) teme o *outro* (o diferente) simbólico por disputa de espaço (o campo), que valoriza o sujeito e seu discurso, ou seja, estabelece um conflito quanto à divisão do lugar de onde fala. (SODRÉ, 2005, p. 30)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou contextualizar o processo de mobilizações sociais e a importância da participação do bloco, tanto no processo da discussão direta sobre a diversidade cultural e a identidade negra, abordando a cultura como elemento fundamental nas ações do bloco, como apresentar perspectivas de mulheres negras enquanto integrantes, a partir de suas narrativas traçando um paralelo com suas reflexões, propondo a discussão da pauta das reivindicações da mulher negra nas mobilizações sociais.

Assim como outras ações apresentadas no decorrer da pesquisa que permite entender os vários movimentos negros que convergem no movimento cultural, fortalecendo o protagonismo feminino negro e no caso, o candomblé, que sempre foi uma cultura marginalizada por tratar-se de uma cultura de matriz africana. Ao ser levado para o território central de uma metrópole, o bloco de fato quebra as barreiras segregacionistas e inverte o lugar do sujeito, ou seja, a mulher negra passa a ser sujeito político e agente das mobilizações imprimindo também sua identidade.

O território se apresenta como lugar marcado de um “jogo”, e possibilita o bloco articular-se e nesta mobilidade social estabelecida entre essas mulheres e a sociedade, onde a rua, e outros lugares já demarcados possibilitam a liberdade de articulações de processos internos e externos estabelecendo um novo código de identificação.

Neste sentido a importância desses sujeitos nas mobilizações sociais, implica enfatizar a luta pela coletividade em prol das “minorias”, e também as relações subjetivas proposta pelo protagonismo, sabendo que historicamente as características singulares do racismo são motivo de muitas lutas sociais e reivindicações em movimentos, que conseqüentemente resulta das interseccionalidade evidenciada pelas entrevistadas, a partir de suas trajetórias.

Portanto, seria uma redundância em dizer protagonismo negro, sabendo que a mulher negra é à base da pirâmide? Ela quem movimenta a estrutura social, ainda que o racismo estruturante se contraponha, destinando a estas mulheres o lugar de subalternização. Este movimento cultural social e político realizado pelo *Bloco Afro Ilú Obá de Min*, rompem as fronteiras, atuando em ações nas construções de novos diálogos e fortalecimento também das redes sociais.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Eliete Edwiges. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. In: \_\_\_\_ **Na militância para o reconhecimento – Um estudo de mulheres negras ativistas na cidade de São Paulo** orientadora: Prof.º Drº Salvador Antônio Mirelles Sandoval. – São Paulo, 2015 .f.

BRUM, Elaine. **Mulheres contra a opressão - O maior movimento de resistência ao projeto autoritário mostra que apoiar Bolsonaro é votar a favor das forças que empobrecem o país e violentam os mais frágeis.** [Online]. BRT: El País. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/politica/1538270819\\_523141.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/politica/1538270819_523141.html)> Acesso em: 02 out. 2018.

CANCLINI, Néstor García y Rafael Roncagliolo. **Cultura transnacional y culturas populares – IPAL – Instituto para América Latina, 1988, 375 p.**

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** [Online]. Goiânia: Ser-Tão/UFG, 2012a. Disponível em: [http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original\\_ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso em: 13 jan. 2019.

JIMENEZ, Carla e MENDONÇA, Heloísa. **Mulheres quebram o jejum das ruas no Brasil com manifestações contra Bolsonaro Centenas de milhares de pessoas se uniram a protestos em 65 cidades, segundo coletivos que ajudaram a organizar os atos. Em São Paulo, ato foi do Largo da Batata à Paulista.** [Online]. São Paulo / Recife / Brasília. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/24/opinion/1537805079\\_256045.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/24/opinion/1537805079_256045.html)> Acesso em: 02 out. 2018.

MESTRINEL, Francisco de Assis Santana. **O Samba e o Carnaval paulistano.** Revista Eletrônica do Arquivo do Estado, n 40, 2010.

MUNIZ Sodré. Cap. A Cultura Negra. In: \_\_\_\_ **A verdade Seduzida- por um conceito de cultura no Brasil - 3ª edição.** São Paulo: Ed. DP&A Editora, 2005. 168 p.

MUNIZ Sodré. **O Terreiro e a cidade – A forma social negro-brasileira – 1ª Edição.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. 185 p.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombo e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição.** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 488 p. 1ª Edição. In \_\_\_\_ **O conceito de Quilombismo e a resistência afro-brasileira.** In: Afrodiáspora: Revista do mundo negro. Nº 6-7, Ipeafro, 1985.pp.44-49.

OLIVEIRA, Dennis de. **A luta contra o racismo no Brasil.** Org. Dennis de Oliveira Claudia Rosalina Adão; Eliete Edwiges Barbosa; Humberto Bersani; Joselicio Junior; Marcio Farias;

Maria da Glória Calado; Paulino de Jesus Francisco Cardoso; Rosane Borges; Silvana Barbaric; Silvio de Almeida; Tatiana Oliveira. - São Paulo: Edições Fórum, 2017. 232 p.

ORESNTTEIN, José. **Os atos contra Bolsonaro. E como eles afetam a campanha**  
[Online] Nexo Jornal. Disponível em:  
<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/09/29/Os-atos-contr-Bolsonaro.-E-como-eles-afetam-a-campanha>>. Acesso em: 02 out. 2018.

ÔRÍ. Direção: Raquel Geber. Fotografia: Adrian Cooper, Jorge Bodanzky e Pedro Farkas. [S.I.]: Transvideo, 1989. Gênero: documentário, 91m, colorido.

REDAÇÃO. **Mulheres Unidas Contra Bolsonaro lançam manifesto sobre ato de sábado (29). Manifesto ressalta luta contra retrocesso e autoritarismo; confirma as orientações de segurança.** [Online]. São Paulo: Brasil de Fato. Disponível em:  
<<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/27/mulheres-unidas-contr-bolsonaro-lancam-manifesto-sobre-ato-de-sabado-29/>> Acesso em: 02 out. 2018.

REDAÇÃO. **Mulheres lideram atos contra Bolsonaro no Brasil e no mundo**  
**As mobilizações #EleNão foram realizadas em todos os estados brasileiros.** [Online]. São Paulo: Brasil de Fato. Disponível em:  
<<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/29/mulheres-lideram-atos-contr-bolsonaro-no-brasil-e-no-mundo/>> Acesso em: 02 out. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** – Belo Horizonte (MG); Letramento: Justificando, 2007. 112p.

SOUZA, Valéria Alves de. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. In: \_\_\_\_ **Os TAMBORES DAS “YABAS”:** raça, sexualidade, gênero e cultura no Bloco Afra Ilu Obá De Min; orientadora: Profª Drª Laura Moutinho. – São Paulo, 2014.134 f.

## APÊNDICE A – Questionário e Entrevistas

### A1 Questionário

A proposta da pesquisa, propõe uma reflexão sobre o impacto da presença e liderança de mulheres negras que integram o bloco e protagonizam suas histórias e memórias, por meio das ações empreendidas pelo grupo, ao aderir – como parte dos shows e apresentações – as mobilizações sociais vinculadas à agenda de direitos humanos e fortalecimento da democracia. Atividades estas que muitas vezes não pautam como centralidade as desigualdades, o debate racial ou combate ao racismo. Essas ações partem de um movimento social, cultural e político que evidencia a cultura negra (*Bloco Afro Ilú Obá de Min*), priorizando outros sujeitos como agentes, neste caso a mulher negra, que a partir das manifestações assume o compromisso da superação do racismo e do sexismo, e outros “ismos” vinculados à figura deste sujeito.

1 – Apresentação: Nome / Profissão / Escolaridade

2 - Há quanto tempo está no Bloco e o que motivou o ingresso?

3 - Participa de outras redes sociais (movimentos, grupos, Ongs) que tenham como proposta/mote trabalhar a cultura negra? Foi anterior ou posterior ao ingresso no Bloco? Teve alguma influência nas suas ações?

4 – Nos dois últimos anos (2016 a 2018) tivemos um período de muitas mobilizações sociais onde os ativistas, os artistas e os coletivos culturais por meio da ocupação do espaço público, protestaram reivindicando seus direitos e o Bloco *Ilú Obá* esteve presente em algumas dessas manifestações como o dia 29/09/2018 no Ato #MULHERESCONTRABOLSONARO. Existem muitos sujeitos, intencionalidades e agendas. Como você entende a participação das Mulheres Negras do bloco nesse processo?

5 - Qual a perspectiva para os próximos 04 anos de mandato com a nova gestão política em São Paulo e na instância Federal?

6 – A subalternização da mulher se estrutura nas relações sociais, tendo como mecanismo as opressões de gênero, raça e classe estabelecidas na forma de poder, reservando lugares e trajetórias específicas para as mulheres negras criando sistemas discriminatórios. Esses processos de opressão apontam um lugar específico imposto à mulher negra, que é a periferia. Você ainda reside na periferia? Qual sua atuação no fortalecimento das mulheres negras que residem na periferia?

7 – Sabemos historicamente que a mulher negra continua em último lugar na escala social e carrega as desvantagens do sistema racista. Qual a importância do bloco para as mulheres negras? Nesse contexto social e cultural que desenvolve o bloco, a atuação como protagonista pode desencadear ações que refletem nas transformações no cotidiano? De que maneira?

8 – Para resistir aos processos de opressão é importante que se busquem novos caminhos de atuação. Pensando nos processos para desenvolver estratégias para as relações sociais, você vê o movimento feminino do Bloco Afro Ilú Oba de Min como um mecanismo de resistência na construção desses diálogos?

## **A2 Entrevistas**

### **1 - Entrevista com Cristiane Gomes em 30/11/18, na Fundação Rosa Luxemburgo.**

**CG** - Eu sou jornalista e bailarina também de danças negras, tenho 40 anos estou no Ilu desde 2007, já são 12 anos, esse vai ser meu 13º carnaval. Quando eu falo, dá um impacto, quando entrei no Ilu não tinha nem 30 anos. É engraçado pensar nesse prisma, entrei estava com 27 para 28 anos. Bom sou uma jornalista, minha experiência são trabalhos com movimentos sociais, com coletivos e organizações. Trabalhei com Movimento Sem Terra, com organizações que trabalham com educação, e com cultura de periferia. Tive uma passagem na TV Cultura no Programa Manos e Minas, que tratava da cultura negra e cultura hip-hop. Tenho essa trajetória calcada sempre nesse compromisso social, também por conta do meu ofício de jornalista, colocar meu ofício de jornalista em prol de uma causa de uma ideia buscando transformações. Tenho tido a alegria de fazer uma história no jornalismo nessa seara, porque sei que é bem difícil todo mundo tem conta para pagar e consegui fazer as duas coisas, ou seja, o que gosto.

Estou a dois anos trabalhando aqui na Casa Rosa Luxemburgo coordenando Comunicação e Projeto, entrei aqui muito com uma tarefa de enegrecer este espaço, de trazer debates sobre racialidade, sobre feminismo negro, trazer essa perspectiva das mulheres e da arte da cultura periférica, enquanto ferramenta de transformação social. Tenho conseguido fazer isso através de projetos e outras ações que pretendo conseguir nos próximos anos, cada vez mais aprofundando essa discussão dentro da instituição que é uma fundação alemã, que trabalha com as esquerdas, mas que faltava trazer essa nossa perspectiva para esse debate.

Como eu disse, estou no Ilu há 12 anos, e no primeiro momento foi um impacto. Acho que todo mundo, que vê o grupo pela primeira vez senti, ainda que quando vi não era essa grandiosidade em termo de números de pessoas, mas enfim o impacto sempre foi o mesmo. Eu lembro que foi no carnaval de 2006, que eu vi o Ilu pela primeira vez e fiquei muito mobilizada por aquilo. Num primeiro momento pelo tambor, pela dança. Naquele momento eu dançava, gostava de dançar, mas não tinha um ofício mais apurado de pesquisa, de realmente estudar, e pesquisar.

**Entrevistadora** - Então você acha que o Ilu influenciou também nesse seu processo de pesquisa, do entendimento enquanto mulher negra, da identidade, é óbvio, quer dizer não sei se sua mãe falava também a respeito. Muitas vezes descobrimos sozinhas nos movimentos em que nos inserimos. Você acha que o Ilu ajudou nesse processo de entendimento?

**CG** - É. Eu digo que o Ilu aprofundou isso. Aprofundou, enraizou e fez com que eu tivesse contato com uma ancestralidade que até então não tinha. Eu venho de uma família negra. Minha mãe é negra, meu pai é meio caboclão, “indião” (*sic*), mas a gente não tinha esse entendimento, com minha mãe falando sobre cultura negra. Eram sempre “*os negros*”. Até hoje minha mãe na verdade tem certa dificuldade de se olhar e de se entender como uma mulher negra.

**Entrevistadora** - É um processo de construção mesmo, a gente passa por esse processo de construção que é interminável.

**CG** - Não termina.

**Entrevistadora**- Porque nós negros também temos que “*descolonizar*” o nosso corpo.

**CG** - Exato. E a nossa cabeça também.

**Entrevistadora** - E isso é geracional. Então você imagina a geração dela. Se para nós que já temos vários empasses, para ela então que é de outra geração é um processo um tanto mais complicado.

**CG** - E é engraçado isso, porque eu percebo que a chegada da Serena, deu uma estalada nela para essa questão. A Serena é uma criança negra. Isso é indiscutível. Já peguei minha mãe falando várias vezes: “*Olha a sua avó preta, sua avó negra*”. Mas a gente já teve alguns debates sobre umas conversas, para que ela entendesse que muitas das coisas que ela passou na vida dela, desde a infância, não aconteceram porque ela não teve a sorte ou porque “Deu quis” entendeu, aconteceu porque ela é uma mulher negra. Ela era uma criança negra, que foi ter o primeiro sapato com 12 anos de idade. Até então minha mãe não tinha sapato.

Trabalhava num sistema de escravidão. Nós tivemos umas conversas bem dolorosas. Tinha tipo um banco que ela subia para conseguir alcançar a pia, para lavar louça, fazer comida, com 06 anos de idade, uma criança branca não iria passar por isso, por exemplo. Eu não vivi na minha infância, na minha adolescência esse entendimento ainda que eu sofresse as questões que só depois eu fui entender, principalmente porque passei minha infância e adolescência em Campinas, num meio social de classe média, então tiveram situações que passei que somente depois vim entender.

A grande descoberta, enquanto me entender como uma mulher negra na universidade foi, com o Professor Dennis, ele têm muita responsabilidade nisso também, porque fizemos alguns projetos juntos de iniciação científica. Ele que trouxe toda essa perspectiva do movimento negro. Eu fiz um trabalho sobre o movimento hip-hop que ele orientou, nós vínhamos para São Paulo de carona e conversando muito. Ele foi um grande mestre nessa construção, nessa percepção. Quando venho para São Paulo, definitivamente, após dois anos encontro no Ilu e na época eu já estava trabalhando no Movimento Sem Terra e até então, não tinha nenhum debate sobre questão racial etc, eu estava tentando me achar me entender, mas já tinha me descoberto enquanto mulher negra. O Ilu provocou outras reflexões porque num primeiro momento foi essa paixão pela dança. Eu lembro de que quando eu vi, eu falei – “Nossa eu preciso fazer parte disso, eu preciso estar nisso”. Na minha cabeça era um negócio difícil, não tinha experiência com dança, mas entrei e encontrei com a Andreia Alves, que já era uma pessoa que conhecia do movimento negro da UNEGRO, que o Prof. Dennis me levou. Foi o primeiro movimento que atuei como ativista jornalista. Conheci a Andreia nesse contexto e nos reencontramos no Ilu. Aprendi muito também com a Kiusam Oliveira, que na época era a coordenadora da dança, coreógrafa.

**Entrevistadora** - Também muito ligada ao movimento negro.

**CG** - Muito ligada. Com um trabalho de pesquisa de corpo muito grande. Uma mestra também, minha primeira mestra na dança. O Ilu despertou essa vontade de dançar, de uma forma mais esquematizada, com mais pesquisa e também nesse processo de entendimento da mulher negra, da ancestralidade, das nossas questões (individuais), do encontro com outras mulheres, com outras mulheres negras. Foi um despertar nesse processo e fez com que buscasse estudar dança, danças negras, aprofundar o conhecimento tanto nas danças de matrizes africanas, afro-brasileiras, danças dos orixás, danças populares como nas danças africanas. Foi a partir disso, que comecei a pesquisar e cheguei à Fanta Konatê, com quem

dancei um tempo; também com a Janete Santiago e a Luciane Ramos. Fui também para Senegal alguns anos depois, fazer um curso de dança, foi um momento muito importante. Então, vejo o Ilu hoje, como uma família e é um lugar que entendo ser positivo para discutir várias questões. Acho que você perguntou sobre outras redes. Eu gosto muito de pensar, isso já foi dito por outras pessoas, mas eu pego para mim também – “*eu sou uma negra em movimento*” (referência a *Ângela Davis*) - então minha rede é o meu trabalho, a minha ação política acontece em todos os espaços onde eu estou.

**Entrevistadora** - O nosso corpo é político.

**CG** – É o nosso corpo já é político.

**Entrevistadora** - Estar ali já política. Que é, o que o Ilu faz estar neste movimento cultural ocupando o espaço público. Então quando mulheres se juntam e estão ali ocupando aquele espaço é um ato político. É um corpo feminino negro que está ali falando. Seja na música, seja na expressão corporal, estamos dizendo – Nós (re) existimos!!.

**CG** - Nós estamos aqui!! Sim, exatamente. Então é isso, todos os espaços que eu estou, que meu corpo ocupa. Seja na dança, seja no trabalho como jornalista, seja no meu encontro com outras mulheres, com outros grupos que eu participo e que já participei, como por exemplo, o projeto editorial que foi OMenelik 2º ato.

**Entrevistadora** - O foco era a cultura negra.

**CG** - O foco era a cultura negra. Artes negras, cultura negra. Político também, mas político porque é o que você falou nossa existência já é política.

**Entrevistadora** - Ainda que fosse uma revista que falasse diretamente sobre política, mas fala sobre política e arte.

**CG** - Exato, mas com essa perspectiva crítica e de dar visibilidade também para produção que é imensamente vasta de homens e mulheres negras, na literatura, na dança, no cinema, no teatro na pesquisa, na ciência e sofre com uma invisibilidade fruto do racismo estrutural que temos no país. Então a revista tem esse objetivo de trazer a tona isso e publicizar também como uma forma de representatividade, de potencialização. Fiz parte desse projeto por alguns anos também e no meu trabalho e em todo lugar onde eu estou aqui na Rosa, esse debate é feito. Antes eu trabalhava na cultura no Conselho de Psicologia, em fim eu já passei por vários lugares com essa pegada, mesmo que não fosse direta, mas a minha própria presença era inevitável.

**Entrevistadora** – Nós fazemos política todos os dias, e em vários segmentos, pensando que a cultura negra é ampla e diversa.

Agora pensando na sua construção, na sua trajetória, no seu fortalecimento e você se entendendo enquanto mulher negra, porque agora você é uma mulher negra e mãe. Eu vi uma vez você falando sobre essa rede das mães, dos filhos e é muito importante também pensar no autocuidado. Então o que você pensa sobre essas mães que participam do Ilu, como é que você pensa construir essa rede com essas mães principalmente nos dias de ensaio. Muitas mães não têm onde deixar. Como é que vocês se relacionam? Já tem uma ação? Você que liderou essa ação, esse processo?

**CG** - A maternidade trouxe para mim todo um olhar de como que a gente vive numa sociedade totalmente adulta centrada que não respeita, não considera as crianças e isso fica ainda mais nítido, quando se trata de crianças e mães negras, porque temos a intersecção do racismo com o machismo, de achar que a mulher preta aguenta tudo, e vai criar a filha sozinha, ela é forte, ela é guerreira. É bem cansativo. A maternidade trouxe esse olhar. Mesmo sendo um movimento de mulheres e até em movimento feminista, não há acolhimento dessas mulheres que tem a suas crias, para participar de debates, de eventos etc.

Então, logo que fiquei grávida, que a Serena nasceu, pensei muito e comecei a vivenciar experiências de outros grupos de mulheres. Tive uma Doula que foi a Camila Aguiar que é uma mulher negra. Temos um grupo no whatzap das “*Doulas da Camila*” (risos) que têm mulheres negras, mulheres brancas, que compartilhamos essas coisas de mãe, esses desafios – “*Ai meu deus a primeira febre o que eu faço?*”, até questões mais profundas, mais políticas, desse lugar no mundo, dessa solidão. Eu pessoalmente passei por um processo que não estava contando, de me ver enquanto uma mãe solo. Tiveram algumas questões no meio do caminho. Dentro do Ilu, fui vendo que tinham muitas mulheres chegando com crianças, mulheres engravidando, e pensei bom como é que a gente vai possibilitar a nossa permanência aqui, e pautando dentro do grupo da coordenação a importância de pensar, que somos um grupo de mulheres. Até alguns anos atrás isso não era uma questão, mas agora é.

**Entrevistadora** - Como o protagonismo das mulheres negras?

**CG** – Exato. Com as suas filhas, com as suas crianças. Então tem que pensar nisso, como é que um grupo de mulheres não vai acolher as mães? Comecei a fomentar isso num primeiro momento na coordenação, e agora no começo desse ano, no ensaio e comecei a fazer essa mobilização junto com as mães, porque estamos começando a construir junto. Uma que

tem diferentes idades, crianças de dois, de quatro, de cinco anos, e tem Serena, por exemplo, na fase da um ano e meio e os bebezinhos. Então é pensar isso e como fazer, não só como um espaço para deixar as crianças, mas como um espaço educativo também, um espaço de repente com o próprio tema que a gente está trabalhando. Só que eu não tenho experiência mais pragmática em pedagogia infantil, estamos um pouco no processo de ir tateando como é que vamos fazer.

**Entrevistadora** – Sim, a continuidade delas, como o protagonismo das mulheres negras que cada vez mais vem chegando, ingressando com suas filhas. É uma construção, vai sentido o movimento.

**CG** – Isso, e que seja também autônoma porque eu puxei isso, mas ao mesmo tempo estou um pouco sem tempo de pegar o negócio, e a proposta desde o começo era também para que construíssemos junto, porque enfim no Ilu, eu coordeno a dança, agora estou com a parceria superimportante da Cibele de Paula e da Andréia Alves. Nesse momento estamos com uma parceira, um espaço fechado próximo à Praça “*Matriarca*”, bom, já mudei o nome da Pça dói falar Pça. Patriarca sabe (risos). Eu estou falando, gente vamos combinar de chamar essa Pça, de Matriarca, é que às vezes eu falo e as pessoas - “*Pça o que?*”, eu falo, não existe Patriarca (risos).

**Entrevistadora** – Já estamos tanto tempo ali, mas é uma boa sugestão. É engraçado você dizer isso, porque os espaços vão sendo resignificados e na verdade ali o Ilu já tem uma história, já faz parte tanto do carnaval, como daqueles espaços públicos, da Pça “*Matriarca*” (risos) e do Vale do Anhangabaú. Uma sugestão interessante. (risos)

**CG** – É. Passa para frente (risos) porque me dói quando eu falo “Patriarca”. Então a Luzinete viu um espaço no sindicato ali perto. Está andando devagar, mesmo porque é isso, final de ano, todo mundo correndo. Mas acho fundamental. Na verdade o meu desejo mesmo era que conseguíssemos criar um espaço de acolhimento para crianças na rua mesmo. É desafiador, ainda mais nesse contexto que vivemos. Eu estou no grupo há tanto tempo, sempre ensaiando na rua e consigo ver a diferença, percebe quanto fomos esse tecido social que se esgarçou ao longo do ano, com o aumento da galera na rua e como muitas vezes a gente ainda tem uma proteção no sentido energético mesmo, uma relação de afeto. A galera curte, só um caso aqui outro ali que acontece alguma coisa mais violenta. Eu sei que é super desafiador criar um espaço na rua, mas seria lindo porque no ensaio que teve agora passado estavam três crianças juntos, numa canga no chão com alguns brinquedinhos, se a gente conseguisse ter

uma estrutura, montar uma tenda, mas enfim são ideias e num primeiro momento um espaço fechado, pensando principalmente nos bebês, é mais apropriado.

**Entrevistadora** - É o primeiro passo, uma relação com eles. Agora já que começamos a falar dessa questão da conjuntura política, a participação do Ilu nas mobilizações sociais é cada vez maior. Teve um ato que foi, “MulheresContraBolsonaro” que o Ilu participou e foram várias as reivindicações, mas o mote do Ilu é trabalhar com a cultura negra e ele traz também a religião para rua, traz o candomblé.. Como que você entende essa participação do Ilu nessas mobilizações e principalmente para as mulheres negras, o fato de elas estarem presente?

**CG** - Ah, eu vejo como algo fundamental, um espaço de politização também, porque por toda a estrutura que temos no país, o acesso a educação, o acesso a bens culturais sabendo que a ponta mais sensível disso, é a população negra, as mulheres negras principalmente.

**Entrevistadora** - Esse discurso do ódio se pregou muito e essa mobilização foi, sobretudo em relação à democracia, mas o discurso era contra as minorias - racismo, sexismo, homofobia, etc., o povo foi para rua. O recorte aqui é por conta da proposta da pesquisa e a reflexão, do sujeito, do agente político, pensando nas mulheres negras porque se fala muito dos movimentos feminino /feministas, mas o movimento feminista tem as suas singularidades, tem as suas particularidades. Qual é sua visão, a sua perspectiva nesse sentido de mulher negra, participando desse movimento?

**CG** - Da importância disso?

**Entrevistadora** - Não querendo segregar mais a gente precisa pensar nesses movimentos e pensar nas suas particularidades, nas singularidades porque quando você traz a sua trajetória é diferente de uma mulher branca, mesmo que ela seja da periferia. Sabemos que é diferente porque a mulher negra nesse processo do racismo estrutural está sempre subalternizada, o lugar dado a ela é na periferia. Você não está na periferia, você conseguiu almejar outro lugar, mas muitas das mulheres negras ainda continuam na periferia, então é nesse sentido que eu trago também essa reflexão.

**CG** - Sim, sim. É eu acho que a própria presença do Ilu nesses atos já traz essa pauta, essa perspectiva das mulheres negras e de uma forma muito protagonista e como você falou os movimentos feministas têm as suas nuances e há uma dificuldade do movimento feminista branco com todas as suas nuances porque também não é uma coisa homogênea.

**Entrevistadora** - Têm várias nuances.

**CG** - É nós temos feminismos, plural. Abrindo um parêntese, além do feminismo tem uma coisa que eu gosto de usar que é a luta das mulheres, porque muitas mulheres não se reivindicam como feminista, mas estão ali fazendo uma luta política, por exemplo, movimento Mães de Maio, Mães da Maré, que não se dizem movimento feminista, mas estão na luta. Então o movimento, os movimentos feministas brancos têm certa resistência, dificuldade ainda e a esquerda em geral, de pautar a questão racial. A questão de como isso afeta a sociedade e de como isso não é um problema só dos negros, das negras, mas uma questão de toda a democracia. Não há uma democracia efetiva, temos um processo de discriminação, de genocídio etc. E temos essa resistência, e é “*loco*” (sic) porque chamam o Ilu para participar desses atos. É lógico, que tem a coisa dos tambores, das mulheres. O Ilu também é um grupo feito de mulheres não negras, mas a gente estar lá, o protagonismo é negro. É curioso ter essas resistências, mas ao mesmo tempo está sempre demandando o Ilu participar dessas manifestações na linha de frente. Nesse protesto que teve que foi no Largo da Batata, estávamos na linha de frente puxando, foi um momento muito especial, fiquei até entusiasmada, pensando que poderíamos virar o jogo. É isso a própria presença do grupo já traz essa pauta, essa reivindicação, isso falando de movimentos, de manifestações mais amplas, com uma pauta mais ampla. Porque temos também os movimentos, e as manifestações de pauta de mulheres negras, de cultura negra e o Ilu também dá toda aquela potência. Para além da potência de quem vai participar do ato e nos vê ali tocando, dançando, cantando tem também o processo das mulheres que estão dentro, que participa diretamente e conversa e troca e percebe outras questões. É um espaço, é que é meio pesado falar espaço de “*formação política*”, parece uma coisa meio dogmática, mas acho que é um espaço que favorece isso para as mulheres que estão também ao mesmo tempo participando.

**Entrevistadora** - Um processo de transformação, reafirmação.

**CG**- Não sei se de transformação, mas sim de reafirmação da sua identidade, de encontro com a sua ancestralidade, de entendimento dos processos que vivemos. Ao mesmo tempo em que têm essa coisa mais pessoal de, aceitar meu cabelo, aceitar como eu sou, para, além disso, é trazer a reflexão. Qual que é a situação das mulheres negras nesse país? Qual a responsabilidade das mulheres brancas nesse processo? Não pessoal, mas enquanto história, que tipo de alianças podemos fazer para superar. Então participar dessas manifestações tem essas duas vias. Quando a gente participa, por exemplo, da Marcha das Mulheres Negras em julho é sempre um momento que o Ilu tem que estar abrindo a marcha, tocando, dançando

para que tanto as mulheres negras e não negras que participam, saibam de toda essa manifestação, essa luta. E as que já sabem aprofundem esse entendimento.

**Entrevistadora** - Ainda falando sobre esse contexto político. Qual a sua perspectiva para os próximos quatro anos seja nessa instância Estadual ou Federal? Porque agora precisaremos pautar mais essas questões, estarmos juntas e consolidar ainda mais o nosso trabalho, as nossas ações. Qual é o caminho que você pensa?

**CG** – É, passado o choque, a tristeza, o luto porque eu realmente achei que poderíamos virar o jogo. Lógico que eu sei que tem um processo de uma reação. É uma reação porque o Brasil sempre foi bem conservador, essa elite brasileira é uma elite “medonha”. A pior elite do mundo é a elite brasileira, colonial, racista, machista, sexista, etc. Sempre foi assim, estamos vivendo um momento agora meio que, de “*saída do armário*” dessas pessoas, muito também em reação a tomada de poder e consciência da população negra, população LGBTs, sabe, de outras formas, de outras possibilidades, é lógico, a luta sempre existiu não estamos inventando a roda, mas nos últimos anos tivemos uma visibilidade maior dessas lutas, essa “onda da direita” é uma reação a isso, não vejo como um avanço conservador, o Brasil sempre foi conservador.

Mas passado essa tristeza também de ver isso chegar ao poder institucional, de ter um presidente que representa todo esse atraso, vamos continuar lutando. Uma coisa que sempre fizemos e que agora têm que se aprofundar, mas que precisamos aprender algumas coisas, aprender que o autocuidado é importante. O cuidado com a irmã, com o irmão é importante também, cuidarmos umas das outros, um dos outros, não acho que é um papo “*raribou*”, é uma coisa mais urgente. A gente não tem alternativa, não dá para ficar com um discurso derrotista, e muita coisa tem acontecido. Contraditoriamente, pensando em termos institucionais os “*bolsonaros da vida*” (*sic*) conseguiram se eleger deputado senador, aumentou a bancada. Mas nós temos também uma mulher trans. negra como deputada estadual, isso é um avanço. Eu fiquei surpresa, pelo menos uma surpresa positiva, que é a Erica Malunguinho e temos também Minas, que teve a experiência dos mandatos coletivos, que muito puxado por mulheres negras.

As experiências da Gabinetona em Minas. Eu estive com a Áurea recentemente, conversamos e fiquei bastante encantada com essa experiência dos mandatos coletivos, esses mandatos que tem um contato direto com as bases, contato direto com os territórios. Precisava fazer isso aqui em São Paulo, pensando na Érica, a própria Leci Brandão, acho que poderiam

se aproximar disso, porque há essa crítica do poder institucional, que quando a pessoa chega lá ela se distancia do movimento, da base e na verdade, tem que ser o contrário. Ela tem que se aproximar mais, até porque nós estamos numa conjuntura, num país que matou uma vereadora, no centro da cidade. Marielle era uma potência porque representava essa outra forma de poder. Pensemos também nessa outra esfera institucional, não devemos largar mão dela, mas precisamos aprofundar o que já está sendo feito, com mais cuidado, precisamos fortalecer muito a nossa luta. No meu trabalho é isso que eu vou tentar fazer, com os movimentos de mulheres negras que estou trabalhando, nos processos de formação política, umas ideias para o próximo ano, de se aproximar e fazer publicações, formações e construir politicamente juntas.

Se eu disser que estou mega otimista, porque do outro lado sei do poder repressor do estado, que é isso que me amedronta um pouco, vou pensar tanto em termos práticos, como a polícia militar, que faz aquilo que sabemos, com acirramento do governador do RJ com a fala num jornal, onde compartilha desse discurso, de matar primeiro depois vê o que faz, e aumentar o número de pessoas na prisão. Sabemos como é o encarceramento aqui no Brasil e quem é encarcerado, encarcerada. Então eu tenho medo dessa repressão do estado também nesse viés.

**Entrevistadora** - Perda de direitos, sucateamento da educação.

**CG** - Exatamente, de o professor ser cerceado no seu fazer de tudo ser – “Ah é comunismo, ah é de esquerda e a gente vai metralhar”. Tem o efeito disso nas crianças, penso muito nisso por ser mãe agora. Poxa no ano que vem minha filha vai para creche, vai começar a vidinha dela mais independente. Então tenho medo, mas é um medo também que não pode paralisar, talvez seja um medo, que faz com que estejamos mais atenta, mais cuidadosas umas com as outras, mas sem paralisar porque se a gente paralisar, “ferrou” (sic) tudo.

**Entrevistadora** - Hoje é mais urgente. Tem o próprio governar daqui que compartilha desse discurso. E falando da educação, tem a questão dessa implementação do projeto da escola sem partido.

Você tem uma trajetória interessante. Agora, é uma pergunta que parece simplória, mas enfim, apenas para reafirmar mesmo, então você entende que a participação das mulheres negras do bloco, nesse processo também é importante para o entendimento dela enquanto mulher negra na sociedade?

**CG** - É fundamental. Eu acho que essa participação no Ilu, “que é muito potente”, porque está virando meio chavão. Mas é verdade, alguns chavões são verdade, que juntas somos mais fortes, e o Ilu representa muito isso. O Ilu é um espaço, que é lógico, tem muitos conflitos e diferenças. Não quero também ficar numa coisa idealizada, maravilhosa, como toda família têm, mas vejo o Ilu como um espaço de muita potência e de muito afeto.

**Entrevistadora** - Claro você pensando como indivíduo, nessa sociedade. Como me coloco, como que a sociedade me vê e como que eu posso atuar? Então, são essas transformações também pensando naquele processo da descolonização. E você ganha poder, confiança.

**CG** – Autoestima! Falando com você também, veio uma coisa de que o Ilu enquanto rede mesmo pode ser muito mais, acho que ainda estamos meio que buscando como deixar ainda mais potente essa rede, porque 400 mulheres é mulher “*pra caramba*” (sic).

**Entrevistadora** - E é justamente isso você pensar para além do cenário do carnaval.

**CG** - Para além do cenário do carnaval.

**Entrevistadora** - Nós conversamos tantas coisas, e quantas ações você mesmo trouxe pensando na potencialização do Ilu, possibilitando outras ações, mobilizações e criação de redes.

**CG** - Eu acho que tem muito mais, é um caminho. A gente brinca que o Ilu é uma adolescente e está agora se encontrando, num lugar no mundo. Não sei se você estava no dia, fizemos aquela dinâmica da troca, cada uma levou um presente, alguma coisa para trocar com a outra e aquilo foi tão importante. Voltei para casa imbuída sabe, energizada, confiante e é isso, eu quero que minha filha esteja nesse espaço, e aprenda e cresça muito.

**Entrevistadora** – Muito obrigada pela entrevista.

## **2 - Entrevista com Elenice Oliveira em 30/11/18 em sua residência.**

**EC** – Sou Elenice Oliveira Cimini, Bacharel em Direito, Gestora de Políticas Públicas com Especialização em Gênero e Raça e fui funcionário do Tribunal de Justiça durante 28 anos. Sou filha de Joaquim de Oliveira e Doralice de Oliveira e sobrinha neta do fundador do Clube Paulistano da Glória, o Maestro João de Souza.

Na minha família tenho um irmão Eduardo Joaquim de Oliveira, ligado a eventos culturais, minha casa sempre foi uma efervescência de arte e cultura negra porque meu tio tocava saxofone, meus dois tios o Maestro João de Souza e o irmão Mário que também

tocava, formaram uma orquestra. Na década de 50 a orquestra do meu Tio Ben era uma das mais famosas aqui de São Paulo. Ele fundou o Paulistano da Glória, na Rua da Glória na Liberdade e tocou em outros Salões e Entidades, a música sempre me acompanhou.

Eu fui criada numa banca de jornal que minha mãe tinha, porque não tinha creche e foi onde adquiri o gosto pela leitura. Hoje leio até bula de remédio (*risos*) porque na banca o quê que eu podia fazer era ler as revistas. Essa trajetória, esse gosto pelo carnaval, vem de pequena, minha mãe e meu pai participavam de baile de carnaval. Meu pai era militar, bombeiro, e sócio do Clube do Sargento. Durante o carnaval minha mãe conversava comigo e com meus primos - *“olha a gente vai para o carnaval à noite, mas nós vamos fazer uma fantasia para vocês irem para ao baile de dia, e a noite deixar a gente ir dançar”* (sic). Então ela bordava as nossas fantasias, a minha, a do meu irmão e dos meus primos. Era uma festa e um conagraçamento entre eu, meu irmão e meus primos. As fantasias da minha mãe eram feitas com tanto carinho que quando ia para o clube infantil, ganhava sempre em primeiro lugar, tamanho era o carinho que ela se dedicava para fazer as roupas.

A minha ligação com a música, com o carnaval tem essa raiz familiar, portanto a minha participação se dá também com enfoque familiar. Por isso eu faço questão de onde estou sempre considero aquele grupo o qual faço parte, uma extensão da minha família. Isso é muito importante para mim, para trocar informações. Aquela troca sempre no sentido de construir e não de participar por participar.

**Entrevistadora** – E você permanece, sai em alguma escola de samba?

**EC** – Minha relação com a Escola de Samba foi assim, meu pai e meu irmão não queriam que eu participasse, mas eu olhava pela televisão e sempre achava bonito e sempre observava a participação das mulheres negras.

**Entrevistadora** – Isso é interessante. Qual é/era o seu olhar?

**EC** – Sempre achava lindo o dançar. Você dançar o toque do tambor, dos instrumentos que compõem as escolas de samba, e ficava observando também qual era a relação delas com o público, porque não é só você dançar, é você trazer junto. E meu irmão dizia – *“Não, escola de samba não.”* E meu pai também – *“Não”*. Já eu dizia – *“Por que escola de samba não?”*.

Tinha uma prima a Marlene de Souza que gostava muito de escola de samba, ela era Nenê da Vila Matilde. Eu tinha acho que uns 12 ou 13 anos e ela me levava para assistir os desfiles. Eu tive um drama familiar, perdi mamãe aos 09 anos de idade, então essa minha prima era muito afetuosa comigo e durante o carnaval ela me levava para cidade (centro). Eu

participei de um baile nos Campos Elísios, era um salão para negritude, era da comunidade negra. A primeira vez que entrei, que vi as pessoas negras achei maravilhoso, porque me senti em casa, em família, e era muito bonito. Acho que era do seu Júlio Garita aquele espaço na barra funda, que depois foi dono da gafieira Garitão, perto de onde hoje está a Aparelha Luzia. Foi meu primeiro contato com a minha comunidade no espaço social. Todo carnaval depois desse salão, que era matinê, nós íamos assistir o desfile de carnaval.

Se não me engano era na Avenida São João, que começo a ver carnaval. Meu irmão um ano desfilou na Camisa Verde e Branco, e eu só admirando pela TV, ou quando ia com essa minha prima. Sempre admirando a participação das mulheres negras e neste tempo que eu assistia era 99% de negros nas escolas de samba. Era tempo de Nenê da Vila Matilde, Peruche, Camisa Verde e Vai-Vai. Lembro que quando a Peruche vinha à gente dizia assim – “*Peruchão, Peruchão Oba!!*” (sic) e a Nenê. Era uma alegria! Naquele tempo o carnaval era até às duas da tarde, bem desordenado com a questão de hora, mas eu ficava bem feliz. Então, vim construindo a ideia de participar mais ativamente e o tempo foi passando. Depois mais moça, já adulta, assistindo pela TV dois três anos seguidos percebia que quem ganhava eram moças que, hoje com o debate é colorismo, tinha a tez bem clara e eu falei, “*o próximo passo é uma mulher loira*”, e não pode porque é o único espaço de poder político, social da nossa cultura, e fiquei inquieta. Passaram dois anos e decidi me inscrever, nesse tempo já era funcionária, “*dei um salto*” (*risos*), do Tribunal de Justiça, um espaço conservador.

**Entrevistadora** – Majoritariamente branco.

**EC** – Majoritariamente branco, que só admirava o que vinha da Europa. Já estava cursando a faculdade, era terceiranista da faculdade de direito da FMU e então decidi me inscrever. Cheguei em casa e falei para o meu irmão. “*Oh, me inscrevi no Concurso Rainha do Carnaval.*” (sic) e para minha surpresa, ele não contestou, pelo contrário apoiou. Lembro que fui conversar com o Fernando Penteado do Vai-Vai para disputar, ser candidata pela escola e o Presidente José Jambo Filho, o saudoso Chicle apoiou também. Disputei o título de Rainha do Carnaval em 1979 pela Vai-Vai. Conquistei o terceiro lugar, e na avenida me consagrei, na minha cultura negra. Ali foi um batismo.

Porque antes também, meu irmão sempre produziu dentro de casa bailes para a comunidade negra. Essa formação também é importante registrar. Na minha juventude sempre convivi com mulheres e homens negros, minha casa era como se fosse um clube, tanto que ficou pequeno e meu irmão teve que começar a alugar salões para levar nossa comunidade.

Quando vou para o concurso Rainha do Carnaval em 1980, porque em 79 fiquei em terceiro lugar e a própria imprensa já dizia. - *“Olha essa moça Elenice, ela tem que ser a rainha em 1980”* (sic) – a imprensa me acolheu pelo meu trabalho. Fui para avenida encarando como um trabalho, até porque eu recebi um prêmio. Então voltei em 1980 com o apoio da imprensa e todas as escolas de samba de São Paulo. Em 1979 inaugurei um estilo, onde recepcionava todas as escolas de samba já na concentração e desfilava com todas elas. Era um sonho que eu tinha, queria estar com todas as escolas porque admiro, é um trabalho sério. Admiro a ala das crianças, a ala das baianas, a bateria, a comissão de frente que naquela época era diferente. Admiro quem trabalha no carro alegórico, quem trabalha no barracão. Eu fiz visitas às escolhas e aos barracões. Escolas que não tinham quadra, eu fazia questão de visitar.

Então em 1980 venho com todo esse apoio, mas tinha uma moça loira que era secretária de palco de um programa de TV e a Clarice Amaral na época que era a apresentadora, também uma das juradas. Eu lembro que meu irmão e o Penteado disseram – *“Olha, não pode porque a candidata da Vai-Vai será prejudicada”* (sic) – e ela queria muito ser a Rainha do Carnaval, mas eu consegui o título. Eu consegui para dizer – *“Olha, nós Mulheres Negras, é importante sim o título pela representatividade”*- porque quando eu digo que não é importante, depois outro se ocupa, apropria desse lugar, como nós estamos vendo hoje as rainhas de bateria e fica muito difícil você retomar o espaço.

É um espaço importante, a cultura faz parte sim do empoderamento, do protagonismo porque lá atrás quem lutou quem foi apontado como desqualificado, marginal e vagabundo foram os negros. Que foram presos, que foram taxados de vadios, de fazer vadiagem. A história da Rainha de Carnaval é importante, porque dizem – *“Ah, mais está mostrando o corpo”* – só que as mulheres que vão à praia, ninguém nunca apontou que estão mostrando o corpo. Existe aqui o racismo, preconceito, a discriminação porque a mulher negra que era/ou é exaltada no carnaval. As mulheres na praia usam biquíni igual ou menor, mas não é isso que deve ser visto, e sim a arte de dançar. É difícil, se você pedir para alguém tem gente que vai dizer – *“Eu não sei sambar”*. Então é a arte de sambar/dançar e você vir representando a figura de uma mulher negra, rainha, e conta a nossa história. No entanto, hoje nós estamos vendo, depois que o visual virou quesito, os espaços por quem estão sendo ocupados.

**Entrevistadora** – É importante você trazer os seus relatos. Você ter passado por isso e trazer as suas experiências e o seu entendimento da mulher nesse contexto que claro, não foi fácil para você chegar, e ganhar esse reconhecimento.

**EC** – O que me deixou satisfeita durante o processo de carnaval depois da eleição é que fui a vários programas de televisão. Eu me lembro do jornalista falecido Ferreira Neto, fui convidada umas duas vezes para ser entrevistada no programa dele, que tinha grande audiência. Eu fui capa do Jornal do Caderno de Turismo da folha de São Paulo, junto com Nanai, que era Rainha de Bateria da Mocidade Alegre e ela já era uma figura consagrada no carnaval pela Mangueira. É o que eu digo, eu encarava como um trabalho além do carnaval. Eu fico feliz porque eu sei que aqui em São Paulo o título é de mulher negra.

**Entrevistadora** – Então já pensando nesse seu envolvimento com a cultura e que estamos falando do Ilu que compõe o cenário do carnaval e você trazendo a sua trajetória também neste contexto, pergunto. O que te motivou a ingressar no Bloco Ilu Oba e há quanto tempo você já está no bloco?

**EC** – Eu desfilei na Vai-Vai em alas antes de disputar o título de Rainha do Carnaval que muito me orgulha, até hoje eu escuto referências minhas na escola e em todas as outras agremiações. O carinho e o respeito das outras pessoas são muito importantes, mas há alguns momentos que você não concorda com determinados rumos. O capitalismo, por exemplo, intervém, modifica e exclui a comunidade. Então decidi me afastar da escola, e viajei pelo Brasil, fui conhecer outros carnavais do Rio de Janeiro, de Salvador, do Maranhão que é um carnaval belíssimo e fui para Olinda. Depois de viajar e conhecer, o que foi muito enriquecedor, fui assistindo pela TV, mas você não tem a dimensão, o olho de um diretor mostra exatamente o que ele quer, e não o que eu quero, não valoriza o que eu valorizo.

Eu desanimei e comecei a procurar. Como gosto muito de maracatu, pensei, queria participar de um grupo de mulheres. Também queria ver como estava à luta feminista na questão cultural, quais avanços na luta feminista, principalmente das mulheres negras. O que conquistaram e como é que nós estamos em termos de cultura. Procurei na internet. Santa internet! (*risos*). Busquei e apareceu o Ilu Oba De Min. Imediatamente fiz contato, era época de inscrição e para minha sorte, sem ter visto presencialmente. Nessa época eu estava em viagem e conversei para Baby, porque voltaria em novembro. E ela disse vamos fazer o seguinte: “*Você sabe tocar alguma coisa?*”, percebi, nossa não sabia tocar nada (*risos*). E eu disse: *Não sei, será um grande desafio*. E ela disse: “*Então, como você não sabe, xequerê e*

*agogô são mais fáceis para aprender e depois pode mudar para outro naipe”*. Ingressei no xequerê, e esse foi meu primeiro contato com Ilu. Fico me cobrando porque não conheci antes.

**Entrevistadora** – Na verdade tudo tem o seu momento, temos que estar receptivos e você estava explorando. Como você mesmo disse viajou para outros estados buscando esses outros movimentos, e de repente você conseguiu se encontrar em São Paulo. Uma questão quando você fala da sua participação, quanto tempo mesmo você está no Ilu?

**EC** – No Ilu estou há 05 anos o primeiro carnaval foi Carolina Maria de Jesus.

**Entrevistadora** – Para além do Ilu você participa de algum outro movimento, grupo, ONG com a proposta de trabalhar à cultura negra? É claro já se percebe na sua formação, no seu histórico de vida, isso muito bem pautado, muito bem construído.

**EC** – Eu considero a atividade do meu irmão como essas festas que ele promovia porque a juventude negra não tinha ponto de encontro, e então as festas, os bailes do meu irmão era ponto de encontro da juventude negra, tanto que Mano Brown no *DVD Mil truta Mil treta*, faz uma homenagem a ele e há outros DJs, que ele considera como precursor. Era um ponto de encontro até para o pessoal MNU que distribuía os seus comunicados, eles iam ao baile do meu irmão para distribuir entre a comunidade negra. Além dessa participação, no governo Montoro, eu atuei com os grupos para apoio ao governo, que tinha um olhar e respeito pelos direitos humanos. Então a comunidade negra abraçou a campanha de Franco Montoro e nós formamos grupo de estudos, grupo de trabalho para apoio. Nesse governo veio o Conselho da Condição Feminina, o Conselho da Comunidade Negra, a Secretaria da Criança e do Menor, parece que a Alda Marco Antônio era a secretária, e depois de um tempo meu irmão no governo do Quércio, assumiu a presidência do Conselho Estadual da Comunidade Negra, e eu como assessora do conselho. Porque dentro do Tribunal de Justiça (comissionada), era impossível fazer um trabalho e já no Conselho da Comunidade Negra sim, eu tinha acesso á várias entidades e grupos sociais.

**Entrevistadora** – E o seu olhar era voltado também para as mulheres? Você fez alguma ação?

**EC** – Sim, sempre voltado para as mulheres negras porque na nossa escala social tendo em vista esse patriarcado, há a questão de gênero e raça.

**Entrevistadora** – A subalternização da mulher negra colocando, apontando o lugar da periferia como sendo o lugar dela.

**EC** – Isso. Então no conselho, atendíamos várias demandas, mais principalmente das mulheres negras sempre tendo esse olhar e desenvolvendo algum trabalho. Nós tínhamos um salão de exposições, onde apresentávamos os trabalhos das mulheres negras, todo e qualquer trabalho. Fizemos lançamento de livro, exposição de artesanato, exposição de roupa todos os trabalhos desenvolvidos por mulheres. Demos muitas palestras. Pela minha trajetória e pela minha situação também na sociedade, eu tinha que ter esse olhar. Depois eu conheci Eduardo Aleixo que era agente da Pastoral Negra, e me convidou para estar com ele numa reunião com o padre no bairro do Imirim, porque queriam abrir um núcleo da Educafro. Foi eu, Eduardo Aleixo, Prof. Tarcísio conversar com o padre e foi aberto o núcleo.

Nesse núcleo eu pensei, como que vou atuar? Sempre me incomodei, porque considero a minha identidade, o conhecimento da minha história, de onde eu vim quem eu sou um fato relevante. O melhor trabalho que posso fazer é dar aula de Cidadania e História do Negro no Brasil, então nesse núcleo da Educafro lecionei por um bom tempo, depois fui para ONG Thema Educação – Projeto Educacional para Negros e Estudantes de Baixa Renda que era da Neusa Poli com o mesmo trabalho.

Qual foi a resposta do meu trabalho? A resposta era imediata com meus alunos e alunas. No guia do Caderno Universitário 2003 teve depoimento de alunos dizendo que as aulas de Cidadania e História do Negro, modificaram o comportamento a autoafirmação deles. E a questão da história negra que não conheciam, estimulou o interesse e o reconhecimento de questões de preconceito e de racismo. Também o SESC e o Estádio fizeram uma matéria sobre minhas aulas no Thema Educação. Então, o meu olhar onde eu estiver é esse, principalmente com as mulheres, por exemplo, no Ilu eu participei no encontro do autocuidado que veio reforçar essa ideia, de que nós temos que conhecer a nossa história, e onde nós estivermos, para ficarmos juntas, lado a lado porque assim, vamos (re) construir, e avançar. Se você pegar meu celular hoje tem meninas do Ilu, que chegou esse ano.

**Entrevistadora** – Que é o processo do acolhimento.

**EC** – Conversamos bastante dois, três dias atrás. E ela disse – *“Então, ainda que não esteja dentro de uma entidade, faça um trabalho”* (sic). Agora porque que eu fui para o Ilu? Porque eu senti o chamado, e eu queria estar, vi a proposta, e é a minha proposta, é o meu trabalho. Eu tenho orgulho de ter como regente uma mulher negra. Eu nunca tive um professor negro e hoje ela é minha professora.

**Entrevistadora** – É entender o quanto que representatividade importa em todos os espaços.

**EC** – Importa eu ter ao meu lado você, Cibele de Paula, a Cristiane, Nega Duda, Girley Luiza Miranda. Estamos no mesmo caminho, junto. Estou ocupando um espaço que representa a continuidade da caminhada, e da luta dos meus ancestrais. Representa o reconhecimento do valor da cultura de matriz africana e que eu tenho sim que estar presente.

**Entrevistadora** – Mas agora pensando nas mobilizações, nas redes sociais e todos esses movimentos que você trouxe e a participação do Ilu, no ato ocorrido no dia 29 de setembro, MulheresContraBolsonaro. Foram várias as reivindicações contra um discurso de ódio. Fazendo um recorte pensando nesse sujeito, nesses agentes políticos que são as mulheres negras, que estão inseridas no bloco e trazendo a sua perspectiva enquanto mulher negra. Qual é a importância do Ilu estar atuando nesses atos e a importância para as mulheres negras?

**EC** – Eu acho importante porque toda transformação será através da política. A política tem a missão de pressionar de fazer o enfrentamento, de denunciar, de identificar e transformar. Se a mulher negra não participa, ela não tem como fazer o equilíbrio de enfrentar as injustiças. Quando nós participamos, nós estamos dizendo, aqui está à pauta. O Brasil precisa atender as reivindicações das mulheres negras, porque quem pauta hoje a questão política, social e cultural do país são as mulheres negras. Veja que a desigualdade social e racial é a responsável por outras tragédias do país. É uma denúncia antiga do movimento negro, e é uma denúncia das mulheres negras e eu estou preocupada porque vejo na nomeação do atual governo que não há uma preocupação com a garantia da vida.

**Entrevistadora** – Se pensarmos nessa questão, nesse discurso de ódio, que atravessa os direitos humanos, traz a pauta do genocídio por exemplo.

**EC** – Você veja que é tão catastrófico que tem um filme da Camila de Moraes – “*O Homem errado*” - ganhou prêmio. Foi uma denúncia. Eu lembro que no debate sobre ações afirmativas, que a mídia denominou “cotas”, quantos questionamentos sobre esse direito. Agora você não vê, questionamento sobre o genocídio da juventude negra na mesma intensidade ou da bolsa família, que a há também o questionamento, mas nós mulheres negras estamos denunciando todos os dias.

Então o Ilu Oba é no meu entendimento um grupo de mulheres, que buscar dar às mulheres negras a importância que transcende o momento do carnaval. Há mulheres negras

no Ilu que são militantes ativistas e conscientes e sabem que papel elas exercem. Já é uma movimentação importante, um caminhar importante e o Ilu traz à consciência, a união dessas mulheres, a soma de energias. Fazer o enfrentamento que nós temos que fazer ao governo brasileiro, seja ele qual for, e o Bolsonaro não vai fazer o que quer, porque a democracia brasileira impõe limites e no estágio em que as mulheres negras estão de consciência, de reorganização e atitude não vai ter governo que faça o que quer. É necessário respeitar a demanda da população negra até porque se não, a nação não sobrevive.

**Entrevistadora** – Historicamente a gente sabe que a mulher negra é base estrutural, como diz Ângela Davis, quando a mulher negra se movimenta toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

**EC** – É o que eu observo também, você lembrou bem a Ângela Davis, e até lembro também o presidente Barack Obama que diz o seguinte: “*As mudanças acontecem não na velocidade que desejamos, mas elas acontecem*”. Eu vejo hoje uma grande mudança e o Ilu Oba para mim, é parte dessa mudança, quando eu vejo chegar às mulheres negras, consciente do que significa aquele território negro, aquele “quilombo”. Naquele encontro você nota a alegria, a felicidade das mulheres negras de se encontrar. O abraço, o olhar, a troca de palavras e principalmente, contribuindo para uma sociedade que educa meninas e meninos de forma diferenciada.

Quando as mulheres tocam os seus tambores e faz composições como você maravilhosamente faz, significa que nós podemos estar em todos os espaços de poder. Quem vai articular esse país para ser uma nação melhor são as mulheres negras. Uma vez eu fui entrevistada aqui, na época de toda a discussão das cotas, gravei para OAB e disse o seguinte os brancos têm 100% (por cento) de cota. Eu pago imposto, todo mundo paga imposto, mas quem está na USP são os filhos da elite e se constata ainda hoje com toda nossa luta. Precisamos avançar mais porque se nós somos 54% da população, tem que ter essa cota de negros no Ilu, na magistratura, no ministério público, na política, no senado em todos os setores da sociedade, com nós vemos no time de futebol da seleção brasileira, ali você vê a composição da sociedade, mas nos outros espaços não.

É importante essa união porque todos os grupos sociais no Brasil são unidos. Libaneses são unidos, japoneses, italianos, alemães todos eles são unidos, todos eles construíram e receberam a política de cotas. O Prof. Wilson Prudente, fez um estudo em que cita o Imposto Sisa, que patrocinou a vinda dos imigrantes para o Brasil, onde era cobrado do

estado brasileiro na transação dos africanos quando vendidos como mercadoria, os escravizados. Então se o imposto servia para patrocinar a vinda de imigrantes já temos uma política de cotas e o questionamento que se faz sobre a política de cotas é o racismo brasileiro.

Mas voltando para o nosso Ilu Oba de Mim. Estou no Ilu não para brincar o carnaval, para brincar o carnaval acho que não é Ilu Oba de Min, evidentemente que é um momento de descontração, mas eu estou ali como ser político para somar com as mulheres negras, para reverenciar a cultura de matriz africana e as nossas heroínas como quando entrei Carolina Maria de Jesus e depois Elza Soares etc.

Eu tive um período muito importante para minha militância que foi o conhecimento sobre a história da Frente Negra Brasileira com Dr. Francisco Lucrécio, ele foi o último secretário da Frente Negra em 1934. A Frente Negra foi criada em 1931 e caçada no governo Vargas em 1937. O Dr. Francisco Lucrécio foi também conselheiro do Conselho Estadual do Negro quando meu irmão Eduardo Joaquim de Oliveira foi presidente e eu fazia a assessoria no conselho.

Nos meus estudos sobre a Frente Negra Brasileira eu vejo uma proximidade do Ilú Oba de Min com a estrutura da Frente Negra buscando a valorização da mulher negra e o protagonismo dessa mulher, da identidade. Assim como a atuação dessas mulheres no bloco e para além na atuação diária. Nós estamos trabalhando, atuando em nossas bases, na rede social em ONGs, mas a gente volta para o Ilu Oba para se aquecer, se energizar para se concentrar e para se vê na figura de nossa regente, na sua figura de compositora. De ver florescer a ideia do valor da mulher negra. Tenho orgulho em estar no Ilu Oba de Min.

**Entrevistadora** – Para concluir seria interessante reforçar a importância de a mulher negra atuar no bloco, pensando em toda trajetória que você trouxe porque sabemos que nem todas as mulheres têm essa consciência, digamos essa identidade negra constituída de forma positiva. Você entende que o Ilu também faz esse papel nesse processo da identidade negra dessas mulheres negras que participam?

**EC** – Ele faz porque quando eu vou para o Ilu Oba de Min cantar o xirê, estou reverenciando os orixás, é necessário saber para quem estou cantando e vou buscar a história. Quando eu canto uma composição – “*Mulheres Negras*” – tenho que saber, eu vou buscar a história. Então ele faz esse papel também de educar, conscientizar. É muito forte, e transcende aquele momento e eu tenho que buscar a informação para ser parte do todo.

O Dr. Francisco Lucrécio era compositor de samba enredo e compôs para Nenê da Vila Matilde, ele dizia – “*Elenice, quando o componente da escola sai, ele tem que saber o que ele representa*” (sic). O Ilu Oba é isso, as mulheres que estão ali, sabem qual é o papel político que estão representando. A importância de elas estarem ali, um “território negro” (significado conotativo).

**Entrevistadora** – Eu agradeço então as suas contribuições que foram muito importantes, que tenhamos oportunidade para conversarmos, trocarmos e nos fortalecermos nessa nossa rede, também no acolhimento de outras mulheres negras e nas nossas ações para além do cenário do carnaval.

**EC** – Eu agradeço. Você é uma referência, uma compositora valorosa. O Ilu Oba tem várias estrelas negras desde as crianças até a terceira idade, sabe, isso é importante também porque hoje uma mulher negra da terceira idade está em depressão.

**Entrevistadora** – Então são vários os papéis sociais que podem ser exercidos.

**EC** – Exatamente, você vê lá a mãe e filha. O registro dos fotógrafos todas contentes. Existe um reengajamento de pessoas, que estavam fora, que é o meu caso. Eu estava um pouco desanimada, esse negócio de só seminário (*risos*). Eu sou um ser de rua, eu amo a rua!

Veja o dia 13 de Maio, jogaram a gente na rua e transformamos a rua, fizemos da rua um movimento de organização política, social. Quando falo a liberdade, “*liberdade*”, significou a rua. “*Você olhar para o céu, é caminho para andar!*” (sic) Então, não é somente um bloco, é muito mais que um bloco, e nós mulheres negras temos que ter essa visão.

### **3 – Entrevista com Cibele de Paula em 06/12/18 na Biblioteca Mário de Andrade.**

**CP.** Sou Cibele de Paula, minha formação é em Pedagogia e História e especialização em História da África e do Negro no Brasil. Sou Pedagoga, tenho 30 anos e atuo há 09 anos na Rede Municipal de Educação de São Paulo com crianças de 06 a 09 anos. Estou no bloco há 08 anos, conheci por intermédio de uma amiga Alzira, no curso de Pós-graduação.

**Entrevistadora** – Participa de alguma rede?

**CP** - Antes de estar no Ilu, a minha atuação era no Educafro, onde passei um tempo lecionando como professora voluntária. Hoje muitas das ações que faço são em movimentos sociais e ONGs, como convites de mulheres de dentro do Ilu a exemplo do Coletivo das Jovens Mulheres Negras ao participar do “Hub” (trabalho em grupo), a convite da Juliane Cintra. Foi um momento também que conheci ativistas negras não só de São Paulo, mas de

outros estados do Brasil. Hoje a minha atuação na militância é na educação e dentro do Ilu. É mais ativa dentro da educação.

**Entrevistadora** - Como é esse processo com as crianças? Como elas recebem essa formação?

**CP** - Dentro da questão racial? Então, quando entrei no Ilu estava no 2º ano na rede municipal. É um ano que quando entrei na prefeitura, estava de cabelo alisado. Estava naquela transição capilar e dentro da escola. Meu segundo ano de atuação de trabalho na escola foi um ano muito importante, as crianças começaram a me ver de cabelo crespo, porque até então eu trançava. Parei de alisar, trançei e depois assumi o cabelo crespo.

**Entrevistadora** - Este processo veio antes do Ilu?

**CP** - Este processo veio antes do Ilu. Quando você vê, mulher preta, numa sala de aula com cabelo Black ou de trança, o primeiro tema é falar sobre seu cabelo, sobre sua aparência. Até então, há nove anos a questão do cabelo não era ampla como é hoje, neste contexto. É muito interessante perceber como mudou num curto espaço de tempo, historicamente isso se modificou. O meu ponto de partida sempre foi essa reflexão. Eu sempre trouxe essa temática, da questão negra, para sala de aula. Não só porque sou uma professora negra, mas também pelo meu envolvimento com a temática da história. Quando entrei na rede municipal, comecei a fazer a graduação da História que sempre foi um tema do meu interesse, e a motivação dentro do Ilu foi abordar temas um pouco mais concretos.

Foi muito interessante, como todo ano o Ilu traz um tema, eu acabava por espontâneo interesse trazendo alguns temas para sala de aula. Por exemplo, um dos mais marcantes foi o Centenário da Carolina Maria de Jesus, que foi o tema do Ilu. Trabalhei essa temática com os alunos e depois levei para o Museu Afro Brasil, e tinha uma exposição do Ilu sobre a Carolina. Além de ser minha atuação na sala de aula, meu planejamento é trabalhar a questão racial na temática indígena e africana, ao longo do ano letivo e não somente concentrada no dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) e no dia 19 de abril (Dia do índio). Está perpassada no conteúdo escolar. Tenho um projeto de dança que acontece no ano seguinte que entro no Ilu, como foi uma prática que me impactou eu pensei - porque não trazer a dança dentro da temática negra para escola?

**Entrevistadora** - Essa sua formação, especialização foi no decorrer da participação do Ilu ou quando você entrou já tinha essa formação?

**CP** - Não, eu comecei no ano que entrei no Ilu. A Especialização da História da África, que foi quando conheci a Alzira, que me indicou. Eu entrei no Ilu em 2010.

**Entrevistadora** - Você acha que o Ilu motivou?

**CP** – É, motivou a intensificar meus estudos nas questões raciais que eu conhecia, mas me aprofundi e comecei o projeto de dança. Então escrevi o projeto de dança e a partir dele, comecei a estudar danças de matrizes negras africanas e afro-brasileira e a fazer cursos. Ir a lugares que tinham a manifestação da cultura brasileira na dança, e fui também a quilombos, em espaços de cultura negra para conhecer o maracatu, o jongo, o coco. E comecei a fazer aula de dança africana até para aprimorar a prática de dança dentro do Ilu.

**Entrevistadora** - E isso você passa para as crianças?

**CP** - Isso, esse é o tema que eu trabalho com as crianças hoje em dia. Em 2011 comecei o projeto de dança. Eu faço dança no pátio da escola, tanto que é a aula que eu tenho muito amor há 08 anos, no ano seguinte que eu entrei no Ilu. Trabalho dança de matrizes negras com as crianças e além de trabalhar a dança eu faço uma repertorização histórica. Então antes de começar a dança, trabalho a origem histórica com elas, a referência do saber desse processo de aprendizagem, é oralidade. Apresento algumas imagens, então tenho essa questão da iconografia, no conceito de história com imagens e vídeos. Eu trabalho pela oralidade, elas não escrevem nada, não levam caderno, então o conhecimento construído é a partir do corpo e da memória.

**Entrevistadora** - Você atua na região da periferia. Como é a relação com os pais?

**CP** - Sim.

**Entrevistadora** - Como que acontece essa relação, quando você trabalha essa questão temática? Na sala de aula há essa mistura de crianças negras e brancas?

**CP** - Sim, há essa mistura.

**Entrevistadora** - A porcentagem qual é?

**CP** - Hoje a porcentagem dessa turma que eu estou é majoritariamente negra. Majoritariamente mesmo tanto no fenótipo, porque tem essa questão importante no processo de aprendizagem de que quando você trabalha a questão racial que é a questão da construção da identidade. A criança que se entende negra ao longo do ano no processo da aprendizagem, das vivências, de ir ao museu afro, no Revelando São Paulo e falar: “*ah professora, eu sou negro*” (sic). Sempre falo muito para as crianças que ninguém pode dizer para elas o que elas

são. Porque eles perguntam para mim: “*Ah professora o que, que eu sou? Eu sou negro, eu sou branco?*” (sic). Não, você que tem que descobrir.

Quando eu comecei o projeto foi muito interessante porque passei por inúmeras situações de racismo. A começar dentro da escola, por alguns professores, e aconteceu um abaixo assinado para que eu parasse com o projeto por “*conta do som*”. Uma funcionária da escola. Teve uma situação de racismo por intolerância religiosa, por ela entender que eu estava trabalhando danças de matrizes negras. Outra situação de racismo, é que alguns pais começaram a tirar algumas crianças por trabalhar essa questão negra. É muito velado, não é direto. Mas hoje como o projeto já tem 08 anos, ele tem essa cara.

Quando a criança se torna meu aluno ou entra no projeto, ela já sabe que vai trabalhar essa questão e o mais interessante, é que os pais que são de religiões de matriz africana, querem colocar as crianças no projeto, ou pais que tem uma abertura para entender essa importância do racismo, fazem questão de colocar a criança no projeto. Também tem a reflexão do pai que coloca e ao longo do projeto ele começa entender que é importante trabalhar isso. Então hoje o que eu faço, trago essa mãe para participar do projeto de alguma forma. Fazemos apresentações mensais, por exemplo, esse mês trabalhou coco. Então se apresenta, ou na escola ou fora da escola ou em outras escolas do entorno. Quando vamos nos apresentar nas escolas do entorno, as mães vão junto assistir. Faço a fala, as crianças fazem a fala, explicando a origem histórica e a partir dessa aproximação, rompo com essas barreiras, porque elas entendem que tem uma base histórica.

**Entrevistadora** - Pensando ainda para além das atividades do bloco, nas mobilizações sociais, o Ilu tem participado de muitas manifestações. Uma das últimas manifestações foi no dia 29 de setembro e o Ilu estava. Agora você enquanto mulher negra, como você entende esse movimento? Qual a importância do Ilu estar nesse movimento? A importância das mulheres estarem lá, sobretudo às mulheres negras?

**Entrevistadora** - Então hoje eu vou falar da questão da Beatriz Nascimento, porque que acabamos de estar no lançamento do livro dela (Biblioteca Mário de Andrade). Eu acho que é isso, nosso corpo é político ao longo do processo histórico as mulheres negras, principalmente as mulheres negras, sempre estiveram nas lutas do processo histórico do Brasil, então mais do que nunca estar na frente, porque não é diferente, na nossa vida, na nossa trajetória de vida, que é de luta, mas acho importante, estar nesses movimentos para entender que a pauta racial precisa ser pontuada. Tem dois movimentos, um de ser importante

porque estamos nas lutas e a sociedade entender que quando a mulher preta está na luta às coisas acontece, isso é fato, um dado histórico. A população preta quando está nas lutas, às coisas acontecem porque ela é a engrenagem, é a linha de frente das lutas. É importante pautarmos essas questões porque se a gente não pauta, se a gente não está, ninguém vai pautar por nós e nesse caso, pensando especificamente em relação à mulher preta, pautamos em relação a nós, a nossos filhos e nossos homens.

**Entrevistadora** - Então como você mesmo disse, sabemos que historicamente a mulher negra continua no último lugar na escala social e você já falou da importância dessa mobilização da mulher negra, dela se movimentar, dela estar à frente. Eu queria que você falasse qual a importância do bloco para as mulheres negras? Como você entende isso?

**CP** - Tem um conceito que eu gosto muito que é até um dos temas do meu projeto que é a questão da corporeidade, a consciência histórica a partir do corpo. Então o primeiro ponto de partida dentro do Ilu é a corporeidade e você vê mulheres pretas maravilhosas com potencialidade corporais, lindas, com a sua diversidade enquanto mulheres pretas a partir de uma estética. Então esse é o primeiro ponto de partida porque, por exemplo, eu já tinha assumido meu cabelo crespo quando eu entrei no Ilu, mas comecei a usar o turbante também a partir do Ilu, e me aproximei da religiosidade preta. O ponto de partida é o estético. O segundo ponto de partida paralelo ao Ilu, é isso. Acredito que não seja um relato só meu, mas das minhas amigas pretas que convivo, é a questão de encontrar mulheres pretas que tem as mesmas dores, as mesmas angústias, os mesmos “*corres*”(sic) e que se fortalece dentro do Ilu. É um conceito importante que trouxemos para dentro do Ilu, que é o conceito do autocuidado.

Quer dizer eu cuido de mim, mas preciso cuidar da outra para cuidar de mim também, então é saudável você conviver com mulheres pretas, e entendo que é um processo de cura e auto cura. Então dentro do Ilu, esse movimento acontece e é uma das coisas mais potentes, por isso que sempre falo, mulheres pretas que estão dentro do Ilu chamem outras mulheres pretas para passar por esta experiência. A outra coisa, que é o reencontro com a ancestralidade preta, e algumas mulheres pretas voltam para essa religiosidade, de conhecer o candomblé, a umbanda e outras não, mas reconhece sua ancestralidade. Reconhecer o processo histórico do povo preto, necessariamente precisa passar por conhecer essa ancestralidade preta e precisa entender o que é orixá, o que é candomblé. É necessário conhecer e o Ilu possibilita isso.

**Entrevistadora** - Então eu entendo que para você resistir a esse processo de opressão é importante, na verdade o Ilu, dá a possibilidade de buscar novos caminhos. Esse movimento do Ilu, ele próprio sendo um mecanismo para essa construção de resistência para outros diálogos, como você mesmo colocou do autocuidado.

**CP** - Sim, é isso o Ilu é precursor de outras ações, foi reverberando e a partir do Ilu acontece outro coletivo de mulheres pretas.

**Entrevistadora** - Reverbera no cotidiano.

**CP** - Reverbera no cotidiano. Então por exemplo algumas ações que faço dentro da escola, foram potencializadas por mulheres pretas que estão dentro do Ilu. A ida do Coletivo Negras Pretas, na minha escola no sábado no Sarau que realizo todos os anos. Foi muito interessante os alunos verem mulheres pretas nas suas multiplicidades, mulheres negras na sua multiplicidade estética, e que trouxeram musicalidade, seu corpo, seus tambores. Então isso reverbera para outros espaços também porque o Ilu tem seu papel no centro de São Paulo, mas é ponte porque reverbera em outras ações na cidade.

**Entrevistadora** - Em outras regiões.

**CP** - Sim, em outras regiões.

**Entrevistadora** - Ele consegue atingir outros universos e possibilita criar outras redes.

**CP** - E, além disso, você consegue construir redes dentro do Ilu. Então mulheres negras que moram na zona leste, começam a se aproximar, da zona sul, e mulheres pretas que estão no centro e que vivem em espaços majoritariamente brancos, começam a se aproximar também.

**Entrevistadora** - Voltando, um pouco. Como que você entende o crescimento dos seus alunos? Porque antes dessa turma você teve uma anterior. Como é que você entende esse processo?

**CP** - A minha turma anterior eu fiquei com eles por dois anos então eles beberam muito dessa fonte. Hoje pensando na minha prática, nos meus alunos e no Ilu, não tem como dissociar a Cibele dançarina, da Cibele professora porque minha prática pedagógica perpassa pela musicalidade, por cultura negra. Realmente a partir do Ilu, e eu acho que o principal, a maior consciência disso é que os alunos levam essa reflexão, uma educação antirracista.

**Entrevistadora** - É interessante pensar que quando você fala desse processo antirracista, estamos falando tanto de alunos brancos como negros.

**CP** - Isso

**Entrevistadora** - Porque o racismo é uma questão de todos.

**CP** - Sim, e muitos alunos levam essa reflexão antirracista para a casa deles. Porque eu sempre falo isso, hoje o movimento da questão racial acontece na escola, mas reverbera na família. Muitas famílias pretas não tiveram essa discussão racial e famílias brancas muito menos, então as crianças levam essa questão. Hoje o movimento é muito nisso, além do coletivo ir fazer esse movimento no meu espaço de trabalho, na periferia. Eu também trago imagens do Ilu para que eles vejam. Eles são loucos para conhecer o Ilu na sua prática, no final de semana. Mas acho que é isso, o Ilu hoje para mim é um espaço fortalecedor. Sempre foi, mas hoje é cada vez mais.

**Entrevistadora** – Muito obrigada pela contribuição.

#### **4 - Entrevista - Baby Amorim em 09/12/10 após o ensaio no Anhangabaú.**

**BA** - Meu nome civil é Cleybe Aparecida Martins Vieira Cupertino, nome grande (*risos*), nome de casada (*risos*), mas sou conhecida como Baby Amorim. Sou produtora do Ilu Oba, fiz a coordenação de alguns projetos, o que dá o título também de Coordenadora de Projetos (*risos*). Não tem nenhum em específico acontecendo agora, mas estamos sempre pensando em possibilidades. Minha profissão hoje está voltada para o Ilu, mas a minha formação é em Química, nada haver com artes (*risos*) é uma formação antiga, que nunca exerci. Apesar de que, sempre atuei na área de educação formal e informal. Fui bailarina muitos anos, e por 17 anos trabalhei na área da dança. Sempre dei aula em escola de balé, na de educação infantil. Depois interrompi essa carreira e fui para área comercial, como vendedora, e ainda estava exercendo essa função, no Ilu. A química ficou de lado. Eu entrei primeiro no Oriashé, que é antes do Ilu.

**Entrevistadora** - Há quanto tempo está no Ilu?

**BA** - Há quatorze anos, desde o início.

**Entrevistadora** - O que te motivou a participar do *Oriashé*?

**BA** - A primeira vez que vi o *Oriashé*, lembro bem, meu filho era muito pequeno, ele tinha cinco anos. Era em 88, tive a oportunidade de seguir o *Oriashé*, era época de carnaval e eu estava aqui no centro (São Paulo). Olha, foi em 88! Mas eu perco o contato e volto a encontrar alguém que conhece o *Oriashé* e em 2002 numa viagem por acaso com amigas, uma delas falando de Cuba, como foi para ela ter ido, entramos na questão da negritude e comentei desse bloco, e ela conhecia. Foi ótimo porque eu já tinha alguém que conhecia e

saberia dar informações sobre as oficinas, onde encontrava, ensaiava. E foi assim, encontrei a Adelina, eu vim assistir o desfile de 2003.

Aquilo me deixou extremamente tocada, os tambores, que toca na sua ancestralidade. Esse foi o motivo, já estou falando o motivo porque que cheguei aqui. Aquilo me tocou mesmo, eu não acreditava não pertencer àquela história, porque eu estava fora daquela história. Infernizei a vida da minha amiga (*risos*) para não se esquecer de avisar quando abrisse as inscrições para participar do carnaval de 2004. Quase perco a inscrição porque esqueci a época de fazer a inscrição. Ela era minha amiga então eu entrei, porque já tinha encerrado as inscrições. Entrei em dezembro e sai no primeiro carnaval, que foi em homenagem a Oxumarê e foi lindo demais. O que eu assisti no ano anterior foi em homenagem a Clementina de Jesus.

Gente era muito lindo, muito emocionante e aquilo me tocou de um jeito! Logo na sequência eu fiquei muito chateada, porque quando eu encontro um motivo que eu queria de pertencer a um grupo que era minha cara, minha história, o grupo acaba. Aquilo me deixou extremamente frustrada, angustiada, mas como eram muitas as pessoas desejando que o trabalho continuasse, elas foram pensando em como continuariam essa história. Elas eu falo, Beth, Adriana a Girley as fundadoras, a Sandra Campos que era a produtora na época. Então surgiu o Ilu, e a base musical muda um pouco porque entra os ritmos de candomblé que no *Oriashé* não era tão forte, esse trabalho com os orixás e a Adriana Aragão introduz isso no Ilu.

**Entrevistadora** - Vai mudando, criando o seu perfil que apesar de ser um bloco afro ele tem a sua especificidade e não é idêntico ao *Oriashé*.

**BA** – É, traz os mesmos ritmos que já existiam e incorpora outros, e o grupo vai ganhando outra roupagem e na conduta das pessoas, sabe, dentro do grupo, por exemplo, no *Oriashé* nós bebíamos antes e depois do ensaio, a partir do momento que introduz os orixás não é legal você beber. Então são algumas mudanças, posturas, que eu acho que é a grande diferença.

**Entrevistadora** - Ele mescla. Ele trás outra proposta.

Para além do Ilu você participa de outras redes sócias, movimento, Ong que trabalha esse mote da cultura negra ou se não trabalha você traz como proposta?

**BA** – Hoje acabei criando um bloco que pretende reverenciar as músicas feitas por mulheres, mas é outra linguagem, MPB - Música Popular Brasileira, e fazemos mais como um grupo de amigas, e pensando que eu acabo não brincando o carnaval para tentar aproveitar. O

Ilu foi crescendo e a responsabilidade aumentou bastante, então acaba que não toco nos desfiles do bloco porque não tem condições. Como é um momento que eu gosto, acabamos nos reunindo, mas sem muito compromisso. Se bem que, todo encontro, possibilidade que você abre para reunir mulheres, vemos como isso faz falta. O que você acha que vai levar na brincadeira, acaba levando a sério porque ele se torna um espaço importante, mas o meu tempo é bem curto, então as redes que estou participando a maioria delas é por conta do Ilu mesmo.

Tem uma rede atuante ali no centro que está sendo capitaneada pelo Museu de Energia grupos da região da Luz, Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, e acredito que chegou até o centro porque o Red Bull começou a participar também. Tem outras instituições aqui da região central, central que eu falo, é aqui mesmo no centrão da cidade, a Viva o Centro também está participando. A ideia é ver o que podemos fazer juntos, o que uma instituição pode apoiar a outra no sentido da gente poder se unir, fazer, formar alianças.

**Entrevistadora** - Mas você fala trabalhos sociais, na linha da educação?

**BA** - Então, cada instituição trabalha um tipo de seguimento. Têm instituição da área de educação, da área do social, da área da cultura, então como entrelaçar os nossos trabalhos, os nossos conhecimentos. O que uma pode ajudar a outra e acho que é legal porque a gente pode trazer nessas alianças, pode trabalhar a questão da diversidade, que normalmente, gera conflitos como o racismo, a intolerância a exemplo, do que houve em um trabalho feito pelo Ilu, por uma integrante.

Ela fez uma proposta na ocasião de uma oficina que iria acontecer na antiga sede do Ilu e o foco era a comunidade do moinho. Teve uma dificuldade de essas pessoas irem para sede do Ilu e ela acabou fazendo o projeto dentro do moinho, na época o único espaço feito de alvenaria era da igreja. Agora é do pessoal que está nessas reuniões com a gente. Teve um problema sério de uma freira, não vou lembrar o nome porque faz muito tempo, que discutiu com essa integrante do Ilu que fez o projeto, o nome dela era Carol, era cantora, negra. A discussão foi por conta de autorização do uso do espaço que era da igreja, e que aquilo era macumba o que ela fazia. E ela não estava porque poderia até ser, mas, tudo que é relacionado à cultura negra teoricamente, vira macumba. O repertório que ela tocava eram algumas músicas da Clara Nunes (risos), era música popular brasileira, o repertório que ela estava trabalhando com as crianças. Ela acabou fazendo em outro lugar, em outro espaço próximo, a escola de samba e terminou que o projeto teve que mudar de lugar e acabar.

Agora depois de anos, nos encontramos e durante a reunião descobri que aquele espaço é da congregação. Tive a oportunidade de falar depois de anos e também trazer essa história, que a intolerância faz isso, ao invés de valorizar uma ação de outro coletivo, voltada para aquelas crianças daquela comunidade. É momento que a criança não vai ficar com a mente ociosa, desocupada, mas aprendendo coisas novas e vem essa retaliação porque o espaço pertence a eles. Eles pediram muitas desculpas e tal então eu vejo uma oportunidade quem sabe de um dia ir com o Ilu e fazer algo dentro da escola deles, que é uma escola católica.

Inclusive porque já estivemos em espaços católicos, o Ilú tocou num evento que reuniu mais de 50 freiras do mundo todo, e tocando Exu, Xangô etc., mas isso depende, são ações que depende de uma pessoa, que quer fazer a diferença, vê a necessidade de falar sobre a diversidade. Tem poucas pessoas com essa proposta, com essa intenção, essa cabeça, essa abertura, não é minha religião, ok, mas precisamos aprender sobre o outro e conhecer antes de julgar. Então nós já estivemos em alguns espaços católicos porque tem pessoas interessadas em proporcionar esse encontro. Mas, estava falando de redes e nessa eu acabo falando demais (*risos*), então nessa questão de rede tem esse bloco das amigas, das instituições do centro, que é uma história do Ilu mesmo, onde eu represento o Ilu, e outra que é importante também que é a de autocuidado.

**Entrevistadora** - É interessante pensar nessa diversidade cultural, isso é muito importante porque sabemos que historicamente, a cultura negra é vista com um olhar negativo.

Sim, autocuidado era a próxima pauta. Queria que falasse justamente sobre essa ação que é muito importante quando traz também essa questão referente às mulheres negras, que precisa desse autocuidado, precisa se olhar, precisa se entender e criar essa rede, sobretudo quando se pensa no negro e na mulher negra, a qual está na última escala da sociedade nesse processo de subalternidade. É importante essa proposta do autocuidado para conhecer a si e o outro e se fortalecer.

**BA** - Tivemos a oportunidade de conhecer essa proposta de trabalho há uns quatro anos atrás, foi um convite, a Maria Lucia da Silva, a Lucinha do AMA Psique Negritude. Ela tinha sido convidada pelo pessoal do Fundo ELAS para fazer as vivências que aquele grupo experimentaria no final de semana e fez o convite o para o Ilu. Nesse primeiro encontro fomos eu e Beth, ficamos um final de semana no RJ, isolados num espaço bacana, passamos quatro

dias pensando porque os encontros não são só terapêuticos, vivências, mas para você ver também a importância de cuidar do seu corpo, da sua mente.

Normalmente pessoas voltadas para causas, ou ativismo, se ela não se cuidar ela adoce, muita gente adoce, morre ou enlouquece. A gente não tem e precisa ter porque você está lutando pelos direitos das minorias, ele te causa um stress muito grande e mexe muito com a sua saúde. Então esses encontros foram para abrir suas dores, naquele encontro eram mulheres de todo Brasil. Essa experiência do autocuidado, ainda é uma questão, “*Autocuidado e cuidado com Mulheres Ativistas em Segurança*”, esse é nome, é uma proposta nova para o Brasil. Lembro que eu virava para Beth e fala, a militância, o ativismo mais *light* era o nosso, porque a gente usa os tambores para dar nosso recado, através de uma atividade que é lúdica que é a música, a dança.

Não estamos pensando nos problemas, nas contas, no governo que vai ter que enfrentar pela frente, é o momento que a nossa mente desanuvia, mas não deixando de pensar, que está fazendo um ato político porque colocar +300 mulheres na rua cantando para os orixás, cantando as histórias de outras mulheres, que foram mulheres militantes, ativistas também é política, é ativismo. O “ativismo” é mais suave do que muitas mulheres que conhecemos, e que teve de mudar o nome, porque são perseguidas, estão caçadas nas suas cidades para serem mortas e estão ali porque era “punk” o negócio. Lembro da menina representante do Reaja, o tempo todo em estado de alerta porque é complexo. Ativismo para quem está brigando com os peixes grandes, os pecuaristas, as hidrelétricas. O pessoal do Movimento Sem Terra, que tem que enfrentar fazendeiro, elas estão juradas de morte e em nenhum momento deixam de lutar por aquilo que elas acreditam na igualdade, nos direitos. Mas essas mulheres vão ficando doente, então a partir dali foi o primeiro encontro.

No segundo ano, o fundo ELA já conhecendo o Ilu quis proporcionar condições para que a gente fizesse algo nessa linha, não foi um edital foi um apoio direto porque as instituições podem fazer isso não necessariamente via edital, podem fazer apoio direto então destinaram uma verba para que fizesse, e na ocasião eu pensei de fazer o recorte para mulheres negras.

**Entrevistadora** - Você trouxe essa proposta?

**BA** – Tinham mulheres indígenas, negras, e era o segundo encontro deles, mas já estavam vendo que tinham mais mulheres negras, que o primeiro encontro. Nesse segundo encontro tinha uma porcentagem maior de mulheres negra. Era um encontro para 25 mulheres

(brancas negras, indígenas). Nesse encontro foram a Cris Blue e a Ana Paula Maia como representantes do Ilu, achei interessante elas experimentarem essa vivência, porque teriam contatos com outras causas, outras mulheres, outro tipo de ativismo como de uma mulher indígena, de uma mulher do Pará, de uma mulher de Manaus, de uma Quilombola. É muito importante você conhecer as experiências de outras mulheres porque só fortalece, dá mais garra, e volta com muito mais vontade de fazer coisas.

A ideia na ocasião era fazer com mulheres ativistas, mulheres negras ativistas de várias instituições e que essas mulheres não fossem do Ilu de abrir para outras instituições, mas conversando com a Maria Lúcia, ela sugeriu que direcionássemos para as mulheres negras no Ilu, e pensamos que, por mais que elas não estejam ligadas a Ong ativistas, o fator mulher negra é importante esta ligado luta pela sobrevivência. Foi então que eu direcionei para as mulheres negras do Ilu. Foi muito bom fazer com as mulheres do Ilu, o resultado foi bem positivo. Acho que fortaleceu mesmo porque a resposta ainda hoje é desse fortalecimento de se conhecer, e partilhar. Na verdade você se despe na frente do outro porque às vezes esses encontros (ensaios) que fazemos, não dá um tempo suficiente para você conhecer de fato aquela pessoa ao seu lado. Por isso a gente criou a rede de autocuidado do Ilu que é uma rede que está no ar, é virtual, que fazia parte do segundo projeto. A ideia na rede virtual é que consigamos compartilhar experiências de autocuidado e a temática, que ainda tem poucos estudos, e o que a gente conseguir encontrar, nós compartilhamos para que possamos aprender mais sobre o tema fora as dicas de cuidado com seu corpo negro (saúde, psicológico), isso também é importante.

**Entrevistadora** - Bom, para encerrar porque foram contempladas várias outras perguntas. Então como disse inicialmente pensando na atuação do Ilu para além do cenário do carnaval, ou seja, a participação dele nas mobilizações sociais que acontecem. Gostaria que trouxesse a sua percepção no ato MulherescontraBolsonaro no dia 29 setembro, organizado por um coletivo de mulheres e teve uma repercussão muito grande. As agendas foram muitas sexismo, machismo, homofobia etc, no entanto o Ilu faz esse trabalho, com a cultura negra, e se apresenta ali, falando direta e indiretamente sobre o racismo. Como você vê, e qual a importância do Ilu estar, sobretudo as mulheres negras?

**BA** - É o que eu acho, o que a gente vê, dentro dessas agendas feministas, ainda “estamos brigando” (sic), ainda questionando essas agendas para que se incluía a questão da mulher negra, sempre dizem - “a gente está discutindo a questão das mulheres” (sic), mas a

questão da mulher negra é diferente do caldeirão de todas as mulheres porque perpassa pela questão da raça, é à base da pirâmide, como você falou aqui no começo. Então se ela está na base é porque tem muito mais coisas a serem discutidas sobre esse corpo negro, essa mulher negra. O Ilu nesses 14 anos de existência de trabalho desenvolveu propostas possibilitando o empoderamento, para esse fortalecimento das mulheres negras.

Então hoje na verdade, automaticamente eles convidam porque sabem da força que é o Ilu, sabe que o Ilu é político, sabe que o Ilu quer uma sociedade menos racista, menos machista, menos sexista, menos homofobia. Nosso trabalho é isso, não é só um bloco de carnaval, mas um bloco que vem para cidade com os Orixás, com a cultura negra, com a afirmação da cultura negra. Tem outros projetos como o Ilu na Mesa que sempre trouxe temáticas importantes de serem debatidas por mulheres também e sobre nós mulheres negras, sobre a educação, a cultura, a saúde etc. Durante todo esse período de existência o Ilu trabalha em prol desse debate. Infelizmente esse cidadão é eleito, mas a gente deslumbrava a possibilidade de mudar e também muitas pessoas naquele momento.

Quando a gente é convidada para tocar os tambores é contra o que está por vir, o que nos espera nesses quatro anos. É um cara que destila o ódio contra as culturas negras, contra mulher, contra a comunidade LGBTQs, não tinha como não estar num ato desses, era essencial que estivéssemos, essa marcha foi importante e é isso, temos que estar presentes nesses momentos com os nossos corpos.

Eu acredito que o Ilu naquele ato das mulheres foi fundamental, viemos com a nossa ancestralidade, nossos corpos, têm corpos brancos também dentro do grupo do Ilu, mas hoje bem menos, hoje somos a maioria.

**Entrevistadora** - Qual a porcentagem?

**BA** - 75% de mulheres negras, resultado de dois anos de ação específica com uma inversão, porque antes tínhamos 52% (auto declaração) de negras e pardas e a outra metade brancas. Hoje temos um aumento significativo, em decorrência da ação, de abrir primeiro as inscrições para as mulheres negras.

**Entrevistadora** - Então o que você traz é que para as mulheres negras é importante estar no Ilu e que possibilita pensar várias questões.

**BA** - Várias questões, só o reencontro com a sua ancestralidade. A nossa cultura anos após anos foi uma cultura, violentada cotidianamente. É a cultura do vagabundo, é cultura marginalizada. É o cabelo que não é legal, você fisicamente, é sempre a vítima de piadas.

Então você está no Ilu e vê toda essa inversão, é um espaço de identidade positiva. Você se gostar, ter referência, saber que existem outras mulheres maravilhosas, negras, e ver essas mulheres não tem como não se transformar aqui dentro. Tem aquelas pessoas que não entendem o Ilu, mas as críticas negativas também podem melhorar. Faz repensar e ver como podemos melhorar a questão em específico. Mas, como temos visto é um grupo com pessoas que estão a 14, 12, 10, 08 anos. É muito tempo participando e se está permanecendo, porque ninguém permanece se não faz sentido estar ali.

**Entrevistadora** – Sim, ajudam no processo de construção. Essa permanência também faz com que pensemos no Ilu como um mecanismo nesse processo de resistência e na construção para novos diálogos e formações de rede como você mesmo trouxe aqui nas suas experiências, em na sua trajetória.

**BA** - Sim, o quão é importante também, a gente “evoluir” nesse processo. Acredito que o Ilu, a cada ano vem melhorando esse olhar interno para as questões do grupo, para a necessidade do grupo, para as necessidades das mulheres negras. E também é um assunto novo para o grupo que sempre foi multiétnico, então isso nunca foi problematizado de fato, essa questão do protagonismo da mulher negra (integrante) dentro desse espaço, que é legítimo, que o protagonismo seja da mulher negra. Entretanto causou também dores interna porque é uma questão complexa e ainda não tinha necessidade de ser discutida porque pareceu assim, somos todos iguais nesse lugar, mas, não somos todas iguais como ressaltamos durante toda essa nossa conversa.

**Entrevistadora** – Teríamos muito mais coisas para falar. Agradeço pela contribuição.